

ENTREVISTA

A indústria da construção retoma obras já iniciadas antes da pandemia e readmite trabalhadores. Mas a crise detonou movimento de transformação que deverá decretar novo desenho para esse mercado. A única certeza, até aqui, antevê Eduardo Bilemjian Filho, presidente do Sinduscon Goiás, é que a mudança virá.



PROGOIÁS

Empresas fazem contas para definir migração

SANEAMENTO

Novo marco cria desafios, mas abre oportunidades

Mala Direta Básica

9912352020/2014-DR/GO

FIEG



PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> FALECIDO |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> RECUSADA | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO | <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE |

ANO 68 / N.º 295 / AGOSTO 2020



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

INDÚSTRIA + FORTE

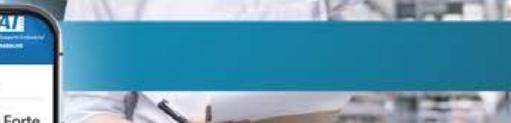
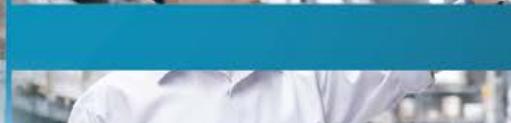
MAIS DE 21 MIL VAGAS EM CURSOS GRATUITOS

FIEG + SOLIDÁRIA

MAIS DE 100 TONELADAS DE ALIMENTOS

RETOMADA PÓS-PANDEMIA

INDÚSTRIAS SE REINVENTAM E FOGEM DA CRISE



Federação das Indústrias do Estado de Goiás
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROGRAMA

indústria
FORTE
É Você + Qualificado

CURSOS SENAI EAD
+ 20 MIL BOLSAS
DE GRACA

Matricule-se:

senaigoias.com.br

Faça cursos profissionalizantes
Senai e mude de vida!


RETOMADA
COM RESPONSABILIDADE
TRABALHO PARA PRESERVAR VIDAS


SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO


FIEG
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

INDÚSTRIA + FORTE

MAIS DE 21 MIL VAGAS EM CURSOS GRATUITOS

FIG + SOLIDÁRIA

MAIS DE 100 TONELADAS DE ALIMENTOS

RETOMADA PÓS-PANDEMIA

INDÚSTRIAS SE REINVENTAM E FOGEM DA CRISE



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 295 / AGOSTO 2020

Capa

14 / Integralmente patrocinado pelo Sistema Fieg, entra em cena o programa Indústria + Forte, que prevê a distribuição de 21 mil bolsas gratuitas para qualificação de trabalhadores, jovens iniciantes e desempregados, em parceria com o Senai. Com foco em educação, tecnologia e inovação, o programa contempla a preparação do setor industrial para a retomada das atividades.

Alex Matheiros



Fieg + Solidária

20 / Mais de 100 instituições filantrópicas atendidas, doação de mais de 100 toneladas de alimentos, num investimento aproximado de R\$ 1,0 milhão. Dona de todas essas marcas, a Fieg + Solidária, projeto de responsabilidade social da indústria, acaba de ser incluída no Monitor de Doações Covid-19, da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Educação e empreendedorismo

44 / No Sesi, empreender se aprende desde cedo – Mais do que o slogan de marketing, escolas do Sesi em Goiás reforçam o ensino voltado para o mundo do trabalho com adoção do Programa Sebrae de Educação Empreendedora Jepp.

O sonho de trabalhar na indústria

48 / Em plena pandemia, a SJC Bionergia, com unidades em Quirinópolis e Cachoeira Dourada, contrata 31 jovens estagiários de um grupo de 47 participantes de cursos de qualificação profissional no âmbito do programa Jovem Aprendiz, desenvolvido em parceria com o Senai.

Mergulho na história

56 / Mais longa sede da Fieg, construído no início da década de 60, o Edifício Aquino Porto passa por ampla revitalização, resgata e reforça elementos característicos do estilo arquitetônico art déco, marcante no Centro da capital. O também denominado Palácio da Indústria abriga novas e modernas instalações do Sesi Goiânia, com serviços voltados a indústrias e colaboradores.

Opinião

5 / No artigo **As 100 toneladas da Fieg + Solidária**, o presidente da Fieg, Sandro Mabel, contabiliza os ganhos obtidos contra a pandemia pelos programas Fieg + Solidária, Indústria + Forte e a plataforma on-line Retomada Responsável. “Juntos, vamos vencer essa crise e sair ainda mais fortes”, afirma.

6 / Em **A indústria e a crise hídrica**, o presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente e vice da Fieg, Flávio Rassi, defende engajamento de diversos setores da sociedade em busca de alternativas para melhoria da disponibilidade de água, tanto para abastecimento humano quanto para uso em atividades econômicas.

7 / **Mercado de trabalho** – Coordenador de Relações com Mercado Público do IEL Goiás, Cleider da Fonseca explica por que o programa de estágio do instituto, implantado em mais de 80 municípios goianos, será salvaguarda das prefeituras no período pós-pandemia.

8 / **Como fica o teletrabalho sem a MP 927?**, indaga Lorena Blanco, assessora trabalhista e sindical da Fieg, para orientar as indústrias sobre como agir diante do fim da vigência da Medida Provisória que dispôs sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da pandemia.

9 / **Quando todos gastam menos, todos pagam menos** é o argumento usado por Andréa Vecci, assessora tributária da Fieg, na defesa de uma reforma tributária que há anos se arrasta na agenda do País e que, diz ela, não deve servir majoritariamente para satisfazer o apetite arrecadatório do Estado mas almejar, também, a geração de empregos e o crescimento da produtividade.

Entrevista

10 / Home office, atendimento virtual, teleconferências e outros formatos digitais ganham espaço também na indústria da construção civil. Há um “movimento de transformação” em curso, antecipa Eduardo Bilemjian Filho, presidente do Sinduscon Goiás, em entrevista à **Goiás Industrial**.

Silvio Simões



Fugindo da crise

24 / Setores específicos da indústria goiana encontram caminhos para manter sua operação e preservar empregos em meio à pandemia, com ajuda do mercado externo, em alguns casos, e de cenários particulares em mercados menos afetados pela pandemia

Covid-19

29 / Empresas goianas adotam ações para enfrentar a crise sanitária e adotam protocolos para tornar o ambiente de trabalho mais seguro

ProGoiás

32 / Migrar ou não migrar, a dúvida – Reportagem mostra que empresas terão de fazer contas para saber se o novo programa de incentivos fiscais, ainda à espera de regulamentação, poderá ser vantajoso do que o Fomentar e o Produzir, reconhecidos como grandes marcos na industrialização do Estado.

Saneamento

36 / Discutido há anos, o novíssimo marco legal regulatório do setor de saneamento mobiliza ampla discussão, na esteira da expectativa de investimentos de pelo menos R\$ 35 bilhões por ano, durante uma década e meia, para promover a universalização dos serviços de água e esgoto.



Federação das Indústrias do Estado de Goiás

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Sandro Mabel

Superintendente: João Carlos Gouveia

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Sandro Mabel

Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Presidente do Conselho

Regional: Sandro Mabel

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves

Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)

Superintendente: Almir Blesio (interino)

DIRETORIA DA FIEG (2019-2022)

Presidente: Sandro Mabel

1º Vice Presidente:

André Luiz B. Lins Rocha

2º Vice Presidente: Flávio Santana Rassi

3º Vice Presidente:

Antônio de Sousa Almeida

1º Diretor Secretário:

Célio Eustáquio de Moura

2º Diretor Secretário:

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

1º Diretor Financeiro:

Heribaldo Egídio da Silva

2º Diretor Financeiro: José Divino Arruda

Presidente da Fieg Regional Anápolis:

Wilson de Oliveira

Diretores

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

Bruno Franco Beraldi

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Enoque Pimentel do Nascimento

Gilberto Martins da Costa

Heitor de Oliveira Nato Neto

Hélio Naves

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

José Antônio Vitti

José Luiz Martins Abuli

Laerte Simão

Leandro Luiz Stival Ferreira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcos André Rodrigues de Siqueira

Olavo Martins Barros

Otávio Lage de Siqueira Filho

Robson Peixoto Braga

Sérgio Scodro

Wilson de Oliveira

Conselho fiscal

Joaquim Guilherme Barbosa de Sousa

Roberto Elias Fernandes

Otávio Lage de Siqueira Filho

Conselho de representantes junto à CNI

Sandro Mabel

Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Alcides Augusto da Fonseca

Álvaro Otávio Dantas Maia

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

André Lavor Pagels Barbosa

André Luiz Baptista Lins Rocha

Antônio Alves de Deus

Antônio Benedito dos Santos

Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana

Célio Eustáquio de Moura

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Euripedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Gilberto Martins da Costa

Heitor de Oliveira Nato Neto

Hélio Naves

Heribaldo Egídio

Ian Moreira Silva

Jaime Canedo

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

João Essado

José Antônio Vitti

José Carlos Garrote de Sousa

José Divino Arruda

José Lima Aleixo

José Luiz Martin Abuli

José Nivaldo de Oliveira

Laerte Simão

Leopoldo Moreira Neto

Lúcio Monteiro dos Santos

Luiz Antônio Gonçalves Fidelis

Luiz Antônio Vessani

Luiz Carlos de Castro Abreu

Luiz Gonzaga de Almeida

Luza de Cássia Alencar Siqueira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcelo José Carneiro

Marcelo Reis Perillo

Marcos André R. de Siqueira

Marcus Brandão de Lima e Silva

Mário Barbosa de Arruda

Marley Antônio Rocha

Nicolas Lima Paiva

Olavo Martins Barros

Osnei Valadão Marques

Otávio Lage de Siqueira Filho

Paulo Lobo de Araújo Júnior

Pedro de Souza Cunha Júnior

Plínio Boechat Lopes

Robson Peixoto Braga

Sandro Mabel

Silvío de Souza Naves

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Flávio Rassi

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de

Relações do Trabalho

Presidente: Marley Antônio da Rocha

Conselho Temático de Micro

e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de

Responsabilidade Social

Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente: Marduk Duarte

Conselho Temático de Comércio

Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria

da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Câmara Setorial de Alimentos

e Bebidas (Casa)

Presidente: André Lavor P. Barbosa

Rede Metroológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

Comitê da Indústria de Defesa e

Segurança de Goiás (Comdefesa)

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios

Câmara Setorial da Moda

Presidente: Denise de Oliveira Resende

EXPEDIENTE

Goias Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção e Coordenação de jornalismo

Sandra Persijn

Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Lima, Sérgio Lessa, Daniela Ribeiro, Luciana Amorim, Tatiana Reis e Renata Santos

Colaboração

Januária Guedes Cordeiro

Fotografia

Alex Malheiros

Projeto gráfico

Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação

Jorge Del Bianco

DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial

(62) 3219-1710

Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,

Casa da Indústria - Vila Nova

CEP 74645-070 - Goiânia-GO

Fone (62) 3219-1300 - Fax (62)

3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br

E-mail: ascorm@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



As 100 toneladas da Fieg + Solidária

Alex Malheiros



“ Numa grande façanha, graças à boa acolhida dos parceiros, a coleta de doações atingiu a marca expressiva de 100 toneladas de alimentos e outros produtos básicos, de valor estimado em aproximadamente R\$ 1 milhão, distribuídos a mais de 100 entidades. ”

SANDRO MABEL, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o Sistema Fieg tem redobrado esforços no enfrentamento dos efeitos nefastos e sem precedentes da crise no setor produtivo e na população como um todo.

São inúmeras ações destinadas a ajudar as indústrias durante o período de mais de cinco meses de quarentena, que afetou indistintamente empresas e trabalhadores, e especialmente agora, quando começam a ser flexibilizadas as medidas sanitárias adotadas pelas autoridades, em todas as esferas.

Entre as diversas iniciativas de combate à Covid-19, algumas se destacam, seja pelo caráter estratégico, como a plataforma on-line desenvolvida pelo Instituto Eivaldo Lodi (IEL) para balizar a retomada responsável das atividades econômicas, seja pelo apelo emergencial, como a Fieg + Solidária, seja de repercussão estrutural diante dos novos cenários que se apresentam para as empresas, a exemplo do programa Indústria + Forte, recém-lançado pela Federação e pelo Senai. O Sesi completa o conjunto de ações, ao fazer testes rápidos de Covid-19 nas indústrias, entre outras iniciativas.

Iniciativa de responsabilidade social lançada no Natal do ano passado, a Fieg + Solidária potencializou mobilização de

grande expressão durante a pandemia, com adesão maciça de empresários, sindicatos e pessoas físicas, no esforço de arrecadar donativos de primeira necessidade e distribuir, por meio de entidades filantrópicas, a pessoas em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam dificuldades de toda ordem. O movimento, coordenado pela advogada Raquel Ribeiro, é uma grata surpresa, ao alcançar resultados promissores em tão pouco tempo, como mostra reportagem nesta edição da **Goiás Industrial**.

Numa grande façanha, graças à boa acolhida dos parceiros, a coleta de doações atingiu a marca expressiva de 100 toneladas de alimentos e outros produtos básicos, de valor estimado em aproximadamente R\$ 1 milhão, distribuídos a mais de 100 entidades. Isso levou à inclusão do projeto de responsabilidade social da indústria no Monitor de Doações Covid-19, da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). Trata-se de uma plataforma on-line nacional, que acompanha semanalmente a evolução das doações para enfrentamento da pandemia.

Iniciativa mais recente, o programa Indústria + Forte, lançado em julho, chega em momento oportuno do início da retomada, quando o setor produtivo goiano enfrenta cenário desolador dos efeitos colaterais da crise.

Mais de 190 mil trabalhadores tiveram salários e jornadas reduzidas ou contratos suspensos, a geração de empregos atingiu o menor patamar da série histórica iniciada em 2004 e em abril, pela primeira vez em 17 anos, Goiás registrou saldo negativo no mês, perdendo 19,1 mil vagas com carteira assinada, segundo o Caged.

Não é pouco para um Estado que sempre exibiu forte musculatura no indicador de desempenho do mercado de trabalho, invariavelmente bem acima das demais unidades da federação.

Com mais de 21 mil matrículas gratuitas em 28 cursos, abrangendo 11 áreas, o Indústria + Forte mira exatamente reverter esse quadro, ao buscar impactar a retomada do crescimento, oferecendo, por meio do Senai, oportunidades para a indústria, para trabalhadores e desempregados.

Em outra vertente, o programa foca o aumento da produtividade e competitividade da indústria, por meio de consultorias e serviços estratégicos em tecnologia voltados ao enfrentamento da Covid-19, em áreas como eficiência energética, otimização de processos, preparação para a Indústria 4.0 e selo alimento confiável.

Juntos, vamos vencer essa crise e sair ainda mais fortes! ■

A indústria e a crise hídrica

“Entendemos que, para desenvolver as ações necessárias para a segurança hídrica no Estado de Goiás, é imprescindível o engajamento de diversos setores da sociedade, mobilizados em torno de um único objetivo: buscar alternativas para a melhoria da disponibilidade de água, tanto para abastecimento humano, quanto para uso em atividades econômicas e outros.”



Alex Matheiros

FLÁVIO RASSI, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente (CTMA-Fieg)

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) acompanha de perto e com preocupação a crise hídrica nas Bacias do Alto Rio Meia Ponte, do Ribeirão Piancó e, mais recentemente, no Ribeirão Caldas, que fornece água para o Distrito Agro Industrial de Anápolis (Daia) e para o abastecimento de 47 bairros daquele município.

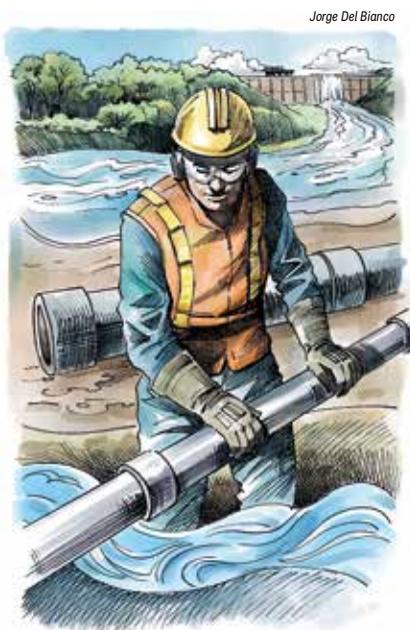
A falta de água causa prejuízos sociais e econômicos imensuráveis e, nesse contexto, a Fieg havia lançado, em 2017, estudo estratégico com propostas para enfrentar o desafio da escassez hídrica no Rio Meia Ponte. O trabalho contou com colaboração de entidades como a Faeg, Semad, Saneago, Sinduscon-GO, Crea-GO, Celg GT e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte.

Estratégias e ações para equacionamento de provável crise hídrica futura foram então apontadas, a exemplo de obras de infraestrutura para retenção, acumulação e escoamento das águas pluviais, como galerias, bueiros, jardins de chuva e bacias de contenção. Algumas dessas intervenções já estão sendo implantadas desde o ano passado pela Prefeitura de Goiânia.

Igualmente, destacamos captação de água da chuva, sistema de reuso da água, reutilização da água e troca e manutenção de equipamentos. Essas são soluções apontadas pelas indústrias para captar a menor

quantidade possível de água e devolvê-la aos mananciais com qualidade, muitas vezes, superior à captada.

Outra questão abordada no estudo foi a necessidade urgente de desenvolver ações para recuperação e conservação do solo, das áreas de preservação permanente, de reserva legal, construção de terraços e bacias de retenção, construção de curva de nível e readequação de estradas vicinais. Um ponto apontado por unanimidade foi a construção de barragens e poços tubulares, que podem ajudar a garantir oferta dos recursos hídricos em um cenário de crise.



Jorge Del Bianco

O objetivo desses barramentos é segurar a água da chuva para ser usada pelos setores de energia, abastecimento humano, indústrias e propriedades rurais em momentos de escassez. Precisamos vencer as dificuldades e a morosidade em conseguir outorga e licenciamento ambiental e garantir incentivos do governo devido aos altos custos de investimentos para a construção de barramentos.

É possível verificar que várias ações propostas pelo estudo estão sendo implementadas. No entanto, no dia 2 de junho de 2020, o governo declarou situação de risco de emergência hídrica e definiu ações para garantir o uso prioritário da água.

Entendemos que, para desenvolver as ações necessárias para a segurança hídrica no Estado de Goiás, é imprescindível o engajamento de diversos setores da sociedade, mobilizados em torno de um único objetivo: buscar alternativas para a melhoria da disponibilidade de água, tanto para abastecimento humano, quanto para uso em atividades econômicas e outros.

A Fieg participa ativamente das discussões nos Comitês de Bacias Hidrográficas Goianas, na busca de diretrizes para enfrentamento da crise hídrica, e se coloca como parceira e pronta para contribuir na busca de propostas e soluções que possam contribuir para minimizar a grave crise de escassez que ameaça o Estado. ■

Programa IEL de Estágio, salvaguarda dos municípios pós-pandemia

Os desarranjos causados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) ainda não apresentam a dimensão exata de suas consequências, mas uma coisa é certa: tudo precisará ser reinventado, desde as novas metodologias de trabalho, de atendimento, da prestação de serviços, a forma de organização da sociedade, até e, principalmente, os modelos educacionais. Os devastadores efeitos impactam a saúde, a economia e se refletirão fortemente na educação.

Nessa área, especialmente, as gestões municipais, em rota de renovação dos mandatos, ainda não podem medir a extensão dos estragos provocados pelo momento e nem como se organizarão diante dos desafios impostos pelo novo mundo que herdarão, no sentido de construir essa nova sociedade que emergirá pós-pandemia.

Num rápido panorama do que já se conhece desses reflexos, 85% das matrículas em escolas particulares da capital do Estado já tiveram seus contratos distratados (Sepe, 2020). Isso significa que, se ao menos 2/3 desses estudantes migrarem para os CMEIs do município, a rede será acrescida com aproximadamente 25% aos alunos já existentes. Ou seja, segundo números do Censo Escolar (Inep, 2019), serão cinco novos alunos em cada sala de

aula do ensino infantil, já no retorno das aulas presenciais no segundo semestre deste ano. Esse cenário será semelhante e desafiará todos os municípios goianos com população acima dos 20 mil habitantes.

Diante da drástica redução da arrecadação nacional, com reflexos nos cofres municipais, soluções inovadoras serão exigidas no atendimento à demanda, da qual não podem desvencilhar-se por tratar-se de um direito constitucional sagrado, cujo plano de educação será desafiado a responder à necessidade de seus municípios. E vale aqui lembrar que a educação infantil é um momento decisivo e oportuno na construção inicial do conhecimento das crianças, exigindo alto desempenho e preparação dos educadores, no sentido de despertar e lapidar ludicamente os talentos de cada indivíduo, futuros personagens da nossa esperada história.

Nesse desafio, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), em seus 50 anos de história e tradição, construiu e oferece, com muito profissionalismo, soluções que comprovadamente somam à gestão dos municípios goianos, na trajetória de satisfazer às demandas da comunidade. A baixo custo, o programa de estágio é uma dessas soluções. Está atualmente implantado em mais de 80 municípios do Estado, nos quais o IEL Goiás integra e administra programas, em que estudantes das diversas

“A baixo custo, o programa de estágio é uma dessas soluções. Está atualmente implantado em mais de 80 municípios do Estado, nos quais o IEL Goiás integra e administra programas, em que estudantes das diversas áreas do conhecimento auxiliam professores na tarefa de receber, cuidar e educar as crianças, com resultados de alta performance no desenvolvimento da iniciação escolar, a exemplo das cidades de Catalão, Formosa e Rio Verde.”



Alex Malheiros

CLEIDER DA FONSECA, coordenador de Relações com Mercado Público do IEL Goiás

áreas do conhecimento auxiliam professores na tarefa de receber, cuidar e educar as crianças, com resultados e indicadores de alta performance no desenvolvimento da iniciação escolar, a exemplo do que ocorre das cidades de Catalão, Formosa e Rio Verde.

Ávidos por uma oportunidade de aplicar na prática os ensinamentos recebidos em salas e laboratórios das universidades, os estagiários poderão auxiliar a gestão do prefeito em diversas atividades.

Além da educação, eles estão aptos para os processos de apoio à inclusão, assistência a alunos especiais, assistência social, com educandos, adolescentes em condições vulneráveis, assim também, nos processos administrativos que envolvem as áreas jurídica, de arrecadação e administração dos diversos recursos do município.

Em resumo, ele pode estar onde o município lhe proporcionar uma oportunidade de contribuir. Os resultados serão infinitos, pois o estagiário tem plena consciência de que seu período de atividades nesse ambiente é curto e a necessidade de construir um futuro de aprendizagem e relacionamento, objetivando um futuro profissional baseado nas boas práticas e em confiança, será infinitamente decisiva para uma carreira de sucesso. ■

Como fica o teletrabalho sem a MP 927?

“A situação na área trabalhista é no mínimo inovadora. Temos não somente normas emergenciais que surgem corriqueiramente, como também normas importantíssimas que caducam. Por isso, neste período de pandemia, é necessário que o empresário encare com muita serenidade todas essas novidades com legislações, atos administrativos e regulamentações, a fim de vislumbrar as melhores interpretações que determinem segurança jurídica.”



Alex Malheiros

LORENA BLANCO, assessora trabalhista e sindical da Fieg

Sem votação pelo Congresso Nacional, caducou a Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020, que dispôs sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

A MP 927 trazia possibilidade de ajuste individual inscrito, teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Mas, afinal de contas, o que foi celebrado com as normas da MP 927 perde a validade? Uma coisa é certa, a MP enquanto vigorou produziu efeitos. Então, são válidas todas aquelas medidas trazidas e implementadas dentro de seu prazo de vigência, entre 22 de março e 19 de julho.

Neste artigo, vamos falar especificamente do teletrabalho.

Com a vigência da MP 927, deixou de ser bilateral a transferência do empregado presencial para o regime telepresencial. Além disso, com a vigência da MP caiu a exigência de registro dessa alteração no contrato.

A MP inclusive foi incongruente ao tratar do tema “jornada”, pois tratou

de forma diferente o teletrabalhador e o trabalhador remoto que não utiliza equipamentos fornecidos pelo patrão para o trabalho em domicílio.

Ainda pela MP o teletrabalhador que utilizava a infraestrutura fornecida pelo patrão para executar seus serviços não teria direito à jornada, nem às horas extras, noturnas, intervalo, adicional noturno, etc. De forma diferente, o empregado que executava serviços com suas próprias ferramentas, mesmo que através da internet ou do telefone, ou aquele que trabalha sem tais tecnologias teria direito à jornada.

Além disso, segundo a MP, o mesmo vale para estagiários e aprendizes. Mas e agora? E os empregadores que utilizaram do teletrabalho com as regras trazidas pela MP 927?

Há quem defenda que a perda da eficácia da medida provisória, a rigor, não impede a continuidade da prestação de serviços nessa modalidade, já que o acordo entre empregado e empregador foi firmado dentro dos moldes legais vigentes ao tempo da sua adoção. Ou seja, para aquele empregador que firmou, de forma unilateral, o teletrabalho sobre a égide da MP 927/2020, a modalidade estaria mantida, não havendo sequer a necessidade de qualquer ratificação de contrato.

Porém, há quem entenda ser neces-

sário um ajuste com o empregado, a fim de ratificar a continuidade desse tipo de prestação de serviços, com a anuência do empregado e a elaboração de termo aditivo contemplando a alteração do regime presencial para o teletrabalho. Sendo, a priori, uma boa opção, uma vez que a anuência do empregado se traduz em segurança jurídica para a continuidade nessa modalidade de teletrabalho.

No caso do estagiário e aprendiz, não há vedação na lei para que eles permaneçam nessa modalidade de atividade. Desse modo, as empresas deverão informar aos centros educacionais aos quais são vinculados e, ainda, comprovar que mesmo à distância há o devido acompanhamento por seus supervisores.

É necessário alertar, contudo, que praticamente todas as medidas e posicionamentos envolvem riscos, considerando que vivemos uma situação de anormalidade que atrai interpretações diversas. Por isso, cumpre pontuar que na maioria dos casos a negociação coletiva é o caminho mais seguro, equilibrado e democrático de resolução de conflito.

Assim, mostra-se razoável o empresário sempre ficar atento às regras dispostas nos instrumentos coletivos firmados em sua categoria. ■

Quando todos gastam menos, todos pagam menos

“ Para se apresentar como reforma tributária, um projeto de lei não deve ser tímido nem servir majoritariamente para satisfazer ao apetite arrecadatário do Estado. Ao contrário, deve almejar, também, a geração de empregos e o crescimento da produtividade. ”



Alex Malheiros

ANDRÉA VECCI, assessora tributária da Fieg

“ O Estado é uma grande ficção pela qual todas as pessoas tentam viver à custa das outras ”

FRÉDÉRIC BASTIAT

Discutida no Brasil há pelo menos duas décadas, a Reforma Tributária é uma demanda necessária – afinal, são mais de duas décadas de espera e sete anos de crescimento econômico ínfimo. As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 110/2019 e 45/2019 começaram a ser mais debatidas no Congresso Nacional no início deste ano, com a criação da Comissão Mista da Reforma Tributária. Entretanto, o colegiado interrompeu suas reuniões em razão da pandemia de Covid-19.

Os estragos econômicos causados pela pandemia assolam não só o Brasil, mas o mundo. Nesse cenário, o debate sobre reformas do Estado domina a agenda pública. Devemos, como nação, refletir sobre prioridades.

Qual tamanho de Estado queremos sustentar? 2020 é o momento propício para uma reforma tributária?

Em 1993, o diplomata e economista Roberto Campos já havia dito: “Com igual prioridade, eu apontaria a necessidade de

uma reforma fiscal. Eu preferiria dizer, aliás, uma reforma dos gastos e ingressos do Estado”. Vinte e sete anos depois, nos vemos no mesmo lugar incômodo: relatórios do Fraser Institute – Economic Freedom of the World comprovam a correlação entre alta carga fiscal e baixo crescimento econômico. A curva de Laffer¹ diz que em determinado ponto o aumento na tributação resulta em menor arrecadação.

Tributos são necessários para que o Estado funcione. Qual o tamanho de Estado queremos quando percebemos essa dimensão ser?

No dia 21 de julho, o governo federal enviou projeto para o Congresso Nacional modificando dois tributos: o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A proposta destina-se a criar a contribuição sobre a receita decorrente de operações com bens e serviços – CBS, da fusão do PIS e da Cofins. O novo tributo será não cumulativo e terá uma só alíquota de 12%, maior do que a carga atual.

Um fato é certo: a proposta do ministro Paulo Guedes não traz alívio tributário. Ao contrário, onera os grandes geradores de empregos, situação indesejada neste momento de recessão.

O Ministério da Economia anunciou que enviará sua Reforma Tributária em quatro fases: após modificar PIS/Cofins, será a vez do IPI, com criação de imposto seletivo para bebidas, cigarros e veículos; reforma do IR e tributação de dividendos; e desoneração da folha de salários e concomitante criação de um tributo sobre transações digitais.

Para se apresentar como reforma tributária, um projeto de lei não deve ser tímido nem servir majoritariamente para satisfazer o apetite arrecadatário do Estado. Ao contrário, deve almejar, também, a geração de empregos e o crescimento da produtividade.

Os cofres públicos combalidos com a queda de arrecadação moldam um ambiente delicado para discussão do sistema tributário. E ainda que o ambiente fosse propício, o debate sobre o tamanho do Estado precede a questão sobre tributos. Executivo e Legislativo devem se debruçar sobre a reforma administrativa, redimensionar o Estado brasileiro e reduzir gastos públicos para que possa ser minimizada a carga tributária. ■

¹A curva de Laffer é uma representação teórica da relação entre o valor arrecadado com um imposto a diferentes alíquotas. É usada para ilustrar o conceito de “elasticidade da receita taxável”. Para se construir a curva, considera-se o valor obtido com as alíquotas de 0% e 100%.



“ A economia, apesar de tudo, já apresentava melhoras em relação a 2019 até a chegada da pandemia e espera-se que ela retome novamente agora com o surgimento de controles mais eficazes sobre a crise sanitária e com a chegada de uma vacina ”



A única certeza é que a mudança virá

*O mundo digital vai ganhando contornos também na indústria da construção, especialmente em funções administrativas, na comercial e mesmo no atendimento a clientes. Mas o novo desenho desse mercado ainda está longe de ser estabelecido. “Grandes empresas estão reduzindo o espaço de trabalho, alugando ou montando vários escritórios nas periferias, facilitando eventual locomoção de seus funcionários, que passam a trabalhar interligados em rede”, constata **Eduardo Bilemjian Filho**, presidente do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon Goiás), nesta entrevista à **Goiás Industrial**. Uma tendência que se torna mais evidente em grandes centros, como São Paulo, mas que poderá ainda alcançar as demais regiões do País. “É um movimento de transformação que está ocorrendo. Isso ainda não se consolidou e não se sabe ainda como isso vai se estabilizar”, acrescenta ele. A única certeza, continua Bilemjian, é que as mudanças vão ocorrer.*

No setor da construção, observa-se ainda uma demanda maior por imóveis em loteamentos, residências e apartamentos maiores, com as pessoas passando a valorizar mais seu espaço, numa consequência aparente do confinamento e das medidas de afastamento adotadas para conter o contágio pelo novo coronavírus, aponta o empresário. A demanda foi mais afetada nas faixas de imóveis mais populares, principalmente no programa Minha Casa, Minha Vida, que inclui o segmento da população mais afetado pela crise, perda de empregos e pela incerteza daí decorrente. Na sua avaliação, a construção já teria iniciado uma retomada e a reabertura das atividades econômicas permitiu a retomada das obras que haviam sido iniciadas. Mas permanecem incertezas em relação a novos projetos e os empresários ainda tateiam o terreno. “O empresário está observando para ver qual será o desdobramento para possíveis novos lançamentos”, pondera Bilemjian.

.....
Lauro Veiga Filho
Fotos: Silvio Simões

Goiás Industrial – *Como o sr. avalia o desempenho da indústria da construção em Goiás durante os meses de pandemia e no primeiro semestre deste ano, comparando ao mesmo período de 2019? Quais segmentos dentro da construção têm apresentado melhores números e quais ainda se ressentem da crise?*

Eduardo Bilemjian Filho – Havia um grande otimismo já entre os empresários, principalmente do setor da construção civil, e na economia como um todo, em relação à perspectiva de uma retomada em razão da crise a que o País inteiro estava submetido nos últimos anos. E a Covid-19 pegou todos de surpresa, com interrupção brusca da atividade econômica, o que gerou muita incerteza, que perdura até hoje. Enfim, a economia, apesar de tudo, já apresentava melhoras em relação a 2019 até a chegada da pandemia e espera-se que ela retome novamente agora com o surgimento de controles mais eficazes sobre a crise sanitária e com a chegada de uma vacina. Observamos que a pandemia, a despeito de outras mudanças na sociedade, gerou procura maior de imóveis em loteamentos, em casas e apartamentos maiores. Essa demanda de confinamento aí conduziu para que as pessoas percebessem a importância de suas residências. Por outro lado, as moradias mais populares e de baixa renda, enquadradas no programa Minha Casa, Minha Vida, estão sofrendo uma retração. Foi o segmento da sociedade onde registrou-se o maior impacto com a perda de empregos, dúvidas em relação ao futuro do mercado de trabalho. Esse segmento de fato está sofrendo um pouco mais.

Goiás Industrial – *Segundo a PNAD Covid-19 do IBGE, a construção conseguiu elevar o número de pessoas ocupadas entre maio e junho deste ano, saindo de 210,8 mil para quase 232,5 mil, em alta de 10,3%. No mercado formal, aferido pelo Caged, o saldo entre admissões e desligamentos ficou positivo em 2.893 no primeiro semestre deste ano, acima do saldo de 2.390 trabalhadores na primeira metade de 2019. Esses números correspondem à leitura que o Sinduscon-GO tem feito sobre o setor? De que forma essa tendência tem se refletido no ritmo de projetos e obras?*

Bilemjian Filho – Como já observado, o setor da construção vinha registrando aceleração, com bastante otimismo, novos projetos em elaboração e muitos lançamentos previstos. Isso foi interrompido de forma bem abrupta. Agora, nesse movimento de

interrupção, houve redução de ritmo de obras, algumas dispensas por conta da incerteza. Ninguém sabia o que iria acontecer. Em seguida, começou já uma retomada. As obras que estavam iniciadas continuam. O que houve foi o adiamento de algum início de obra. O empresário está observando para ver qual será o desdobramento para possíveis novos lançamentos. Mas, no setor, esse aumento do emprego é reflexo da retomada que já vinha acontecendo. Houve também uma injeção de dinheiro na economia com esse programa emergencial, que injetou perto de R\$ 150,0 bilhões que não estavam previstos, isso distribuído para mais ou menos 80,0 milhões de beneficiários. De uma certa forma, isso ajudou a girar a economia, deu um fôlego maior, não permitiu que o segmento popular fosse afetado de forma dramática. Ele foi afetado, mas de uma forma mais leve. Isso é um fator importante. Esse socorro que o governo está dando tem sido muito importante, revela uma preocupação e a economia está percebendo isso positivamente.

“ Houve também injeção de dinheiro na economia com esse programa emergencial, que injetou perto de R\$ 150,0 bilhões que não estavam previstos, isso distribuído para mais ou menos 80,0 milhões de beneficiários. De certa forma, isso ajudou a girar a economia, deu um fôlego maior ”

Goiás Industrial – *Como o setor se adequou ou tem se adaptado às novas exigências sanitárias e às mudanças no mercado decorrentes da crise? Quais impactos da pandemia sobre os investidores, a demanda, os formatos de negócio e as técnicas construtivas?*

Bilemjian Filho – A indústria da construção adotou todo o protocolo de segurança sanitária, fazendo leitura de temperatura, orientando, usando máscaras e todas as medidas recomendadas. E o setor da construção se diferencia em razão de ter uma estrutura muito boa para poder transmitir esses

procedimentos. As obras têm técnicos de segurança que foram preparados para, nas suas palestras, orientar todos os procedimentos, inclusive na moradia, na residência desse operário. Acredito que o setor contribui muito positivamente para boas práticas para evitar a propagação do vírus. O impacto foi geral sobre a economia, não só sobre a construção. Tem sido uma reação de cautela, de observação, de dúvida. Por outro lado, observamos essa forte queda na Selic (taxa básica de juros na economia) e realmente o investimento em imóvel oferece maior segurança e tem mostrado que não foi impactado fortemente. Muita coisa foi simplesmente adiada e projetos estão sendo retomados agora de uma forma muito segura e gradual.

Goiás Industrial – *Pode-se esperar novos modelos de residências e apartamentos, com maior espaço para o home office, por*

exemplo? Houve um certo crescimento de projetos comerciais, com uma série de lançamentos de edifícios comerciais. O que poderá ocorrer nesse segmento do mercado? Pode-se antecipar a reconversão de grandes prédios de escritórios em moradias?

Bilemjian Filho – De fato, a pandemia acelerou todas as transformações que já vinham acontecendo, com a tecnologia, com o mundo digital, e mostrou que o home office é possível. Como isso vai se consolidar mais à frente, ainda não é possível visualizar um horizonte muito firme. Mas, com certeza, será numa nova modalidade de trabalho, que inclusive exigirá regulamentação legal. Há uma série de consequências trabalhistas e em outras áreas que deverão ser consideradas. É uma coisa nova que precisará ainda ser definida, como isso vai se estabilizar e como irá ocorrer. Mas não existe dúvida de que vai ocorrer. O futuro dos projetos comerciais, lives corporativas, da mesma forma, não tem um horizonte muito definido. Temos visto, em grandes centros, como São Paulo principalmente, grandes empresas estão reduzindo o espaço de trabalho, alugando ou montando vários escritórios nas periferias, facilitando eventual locomoção de seus funcionários, que passam a trabalhar interligados em rede. É um movimento de transformação que está ocorrendo. Isso ainda não se consolidou e não se sabe ainda como isso vai se estabilizar. A certeza que se tem é a de que vai haver mudança. Acho, no entanto, pouco provável a transformação de prédios comerciais em residenciais, porque a definição do projeto envolve áreas grandes de utilização que o comercial não tem. As transformações, então, teriam que ser muito profundas, principalmente no que se refere a instalações, a reserva de água e, enfim, a uma série de coisas. Vamos ver ainda o que vai acontecer porque não se tem um horizonte ainda muito claro.

Goiás Industrial – *Ainda na mesma linha, quais tendências parecem surgir em relação a empreendimentos comerciais, centros de compra e futuros shoppings?*

Bilemjian Filho – Em períodos de transformação e de mu-

danças torna-se muito difícil tentar antecipar o que pode ou não acontecer. A única certeza é que há transformações em curso. Estamos vendo o movimento em shopping centers, trabalhando muito com e-commerce, o próprio Shopping Iguatemi (de São Paulo) está com campanhas aqui em Goiás. É tudo muito recente e muito novo. Isso vai se estabilizar dessa forma ou de outra? Não se tem ainda um horizonte definido. Tudo tem acontecido de forma muito rápida e não foi uma coisa planejada para podermos afirmar que essas ações estão consolidadas. Estão sendo criadas e testadas alternativas e vamos ver o que vai dar certo. A coisa está muito nebulosa por enquanto.

Goiás Industrial – *Sancionado no dia 15 de julho, o novo marco do saneamento prevê a universalização do acesso às redes de água e esgoto até 2033 ou, no máximo, 2040, abrindo esse mercado para o setor privado. A indústria da construção está preparada para atender à demanda, já que se fala em investimentos de até R\$ 700 bilhões até lá? Como a nova legislação afetará o setor?*

Bilemjian Filho – O novo marco legal do saneamento foi aprovado e os vetos ainda estão sendo discutidos. Na sequência, haverá a regulamentação da lei, envolvendo uma discussão muito importante, profunda e talvez demorada. O sucesso dessa nova lei passa por sua regulamentação. Os investidores vão olhar com muito critério quais serão essas regras, a questão da segurança jurídica, da segurança econômica. Tem muito chão pela frente ainda. Uma vez isso sendo superado, o setor está pronto para trabalhar. O que sempre travou esse setor foi a falta de investimento, a falta de recursos. A engenharia brasileira tem capacidade para fazer isso com muita competência. Temos várias cidades pequenas que podem dar oportunidade para empresas também menores, logicamente sempre trabalhando para uma empresa líder, que seria o detentor da concessão. ■



“ **Grandes empresas estão reduzindo o espaço de trabalho, alugando ou montando vários escritórios nas periferias, facilitando eventual locomoção de seus funcionários, que passam a trabalhar interligados em rede. É um movimento de transformação que está ocorrendo. Isso ainda não se consolidou e não se sabe ainda como isso vai se estabilizar** ”



► Claudemir José Bonatto, Sandro Mabel e Paulo Vargas: programa oferece oportunidades para jovens trabalhadores e também desempregados

FORÇA PARA A ECONOMIA

Programa lançado em julho pela Fieg pretende capacitar pelo menos 21,0 mil trabalhadores e contribuir para a retomada da atividade industrial em Goiás

Lauro Veiga Filho, Dehovan Lima e Andelaide Lima

Fotos: Alex Malheiros e Sílvio Simões



A Fieg antecipa-se e assume a frente no processo de preparação do setor industrial para a retomada das atividades, paralisadas desde março por conta da pandemia, com o programa Indústria + Forte, lançado em parceria com o Senai, em 20 de julho. Com foco em educação, tecnologia e inovação, o programa vai distribuir 21 mil bolsas totalmente gratuitas para qualificação de pessoas por meio de 28 cursos à distância (EaD), cobrindo 11 áreas industriais. Em uma segunda vertente, a iniciativa oferecerá consultoria técnica às empresas, por meio de serviços em tecnologia em diversas áreas.

“Essa iniciativa, em parceria com o Senai Goiás, é destinada a reverter a crise



► **Sandro Mabel:** “Essa iniciativa, em parceria com o Senai Goiás, é destinada a reverter a crise que afeta indistintamente o mercado de trabalho e o próprio setor produtivo”

que afeta indistintamente o mercado de trabalho e o próprio setor produtivo”, resumiu o presidente da federação, Sandro Mabel, durante live em que lançou o programa, que até o início de agosto registrava 15 mil matrículas.

Ele lembrou que mais de 190 mil goianos foram afetados de alguma forma pelos efeitos da pandemia, seja com redução de salários e da jornada de trabalho, seja por meio da suspensão de contratos de trabalho. No momento mais difícil até aqui, em abril passado, o mercado formal de trabalho em Goiás registrou o encerramento de 19,1 mil vagas. “Foi a primeira vez em 17 anos que abril teve saldo negativo de empregos”, disse.

Em meio à crise econômica gerada pela pandemia, Goiás chegou a fechar 26.755 vagas com carteira assinada entre março – quando foi registrado o primeiro caso de Covid-19 no País – e maio último, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

(Caged). No mês de maio, o saldo líquido entre a abertura e o fechamento de vagas foi negativo em 4.581 empregos. Em junho, o saldo passou a ser positivo, com a criação de 4.334 vagas, mas no acumulado do primeiro semestre o saldo manteve-se negativo, com encerramento de 4.464 empregos. O estoque de pessoas empregadas no setor formal caiu de 1,227 milhão em 1º de janeiro para 1,222 milhão no final de junho.

Segundo o presidente da Fieg, “*existe um contingente muito grande de trabalhadores que estão ou com contrato suspenso ou com o salário reduzido, ou trabalhando em casa, ou tudo junto. Essas pessoas têm tempo de fazer uma qualificação profissional, precisam se requalificar para se adaptar a uma nova realidade que está batendo a nossa porta, porque assim que a epidemia passar todos têm que estar prontos, preparados para o futuro, e com programa Indústria + Forte, estamos gerando essa oportunidade.*”



► **Paulo Vargas:** “Independente do momento em que se encontram, as empresas precisam de pessoal qualificado para tomar embalo novamente”

As mais de 21 mil bolsas de educação profissional colocadas à disposição deverão atender jovens em busca do primeiro emprego e desempregados, “cobrindo toda a demanda de trabalhadores que querem se qualificar”, afirmou Sandro Mabel. O programa agrega soluções estratégicas “para esse momento de dificuldades financeiras que as pessoas estão passando em razão da perda de renda e mesmo de um lugar no mercado de trabalho. Esses trabalhadores precisam estar aptos ao chamado ‘novo normal’, com a vantagem de não gastar dinheiro, já que a capacitação terá custo zero”. A programação coloca à disposição das empresas consultorias técnicas que “visam a melhoria de processos e de produtos, de olho no aumento da produtividade e na melhoria da eficiência operacional da indústria, com a contribuição também do IEL Goiás”.

Ainda de acordo com Sandro Mabel, “essa é a Fieg do bem, que ao longo de sua história trabalha muito para melhorar a

vida das pessoas. Nossa meta nesses 70 anos de existência sempre foi a qualificação e qualificar é a nossa herança, que ninguém tira da gente, mas precisa ser constantemente melhorada e aprimorada, o que temos feito”.

Diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas destacou durante o lançamento do Indústria + Forte a “importância elevada” do programa, principalmente neste momento delicado para toda a atividade produtiva. “Independente do momento em que se encontram, as empresas precisam de pessoal qualificado para tomar embalo novamente. Empresas que conseguiram até aumentar (a produção), como no setor de alimentos, estão pensando em ampliar sua programação e, logo, precisam de pessoas qualificadas e é isso o que o programa coloca a sua disposição”. Em uma das estratégias, também serão disponibilizados vouchers que dão direito a cursos de qualificação a distância para colaboradores

das indústrias contribuintes do Sesi e Senai.

Paulo Vargas lembrou, no entanto, que “é natural que nem todas as demandas tenham sido atendidas, já que o programa não incorpora tudo o que a indústria precisa”. Por isso mesmo, complementa, a equipe do Senai, juntamente com as empresas, “está em condições de formatar produtos que atendam mais objetivamente e de forma mais econômica o setor”, seja para empresas dedicadas ao mercado doméstico, seja para aquelas que têm interesse ou já participam do mercado internacional.

Novas competências e necessidades

O programa Indústria + Forte, reforçou o diretor de Educação e Tecnologia do Sesi e Senai Goiás, Claudemir José Bonatto, tem como objetivo central gerar condições para a retomada do crescimento. Sob o ponto de vista da indústria, observou, o programa cria oportunidades para a ampliação de seu quadro de pessoal com profissionais qualificados, além de permitir que os trabalhadores desenvolvam “novas competências, se requalificando para as novas necessidades”. No caso dos desempregados, o programa busca oferecer a oportunidade de qualificação, preparando-os para uma futura reinserção no mercado de trabalho.

De acordo com Bonatto, o programa subdivide-se em três outros projetos, focados em educação, tecnologia e na indústria goiana de forma geral. Na área de educação, serão oferecidas mais de 15 mil matrículas de qualificação profissional à distância, por meio do Senai, abertas a toda a comunidade do Estado e destinadas gratuitamente a jovens trabalhadores em busca do primeiro emprego, trabalhadores do setor industrial e desempregados em



► **Claudemir José Bonatto:** requalificação profissional para novas necessidades e futura reinserção no mercado de trabalho

busca de qualificação ou requalificação. Serão 28 cursos, com carga horária superior a 160 horas, abrangendo 11 áreas da indústria. Entre eles, estão desenhista mecânico, assistente de operações logística, operador de microcomputador, supervisor inovador, auxiliar de microbiologia e assistente de operações logísticas.

A indústria poderá dispor de 6 mil matrículas para qualificação profissional e ainda de 1,4 mil horas de serviços tecnológicos, com o objetivo de incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, redução de custos e ampliação da produtividade, “por meio de serviços estratégicos focados na racionalização e otimização de recursos”, detalhou Bonatto.

Na área de serviços de tecnologia, foram definidas quatro áreas estratégicas, incluindo eficiência energética, para redução de consumo e, portanto, das despesas com energia elétrica; otimização de processos, com a identificação de desperdícios e oportunidades de melhoria por meio da aplicação de ferramentas de produção enxuta, o que resultaria, ao final, em ganhos de produtividade; preparação do setor para a Indústria 4.0; e estímulo

ao enquadramento das indústrias nas exigências do Selo Alimento Confiável, que atesta a aplicação de medidas de controle de qualidade e de segurança de alimentos.

Amarrado a um contrato de performance, o serviço de tecnologia contratado pela empresa exigirá o desembolso de metade do valor da consultoria de forma facilitada e os demais 50% serão pagos somente se foram alcançados os resultados de eficiência e produtividade. Participarão micro, pequenas e médias indústrias.

Na área de qualificação, serão beneficiados trabalhadores de baixa renda da indústria associada ao Sistema Fieg ou empresas indicadas por ela. Nessa modalidade, as indústrias receberão um “link voucher” que vai assegurar acesso a um hotsite personalizado para cada indústria, onde funcionários das indústrias associadas ou indicados por elas poderão fazer sua matrícula e terão acesso a cursos do Senai. “As indústrias serão procuradas por nossas equipes”, disse Bonatto.

Veja mais no site



PREFEITURA OFERECE COLABORAÇÃO



O secretário de Desenvolvimento, Trabalho, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Goiânia, **Walison Moreira**, que também participou do anúncio do Indústria + Forte, colocou à disposição da Fieg a estrutura do Sine municipal. A ideia, conforme ele, é reverter os pedidos de seguro desemprego e contribuir para a qualificação do pessoal desempregado na crise. “Vamos conseguir bater facilmente a meta de 6 mil matrículas”, completou ele, referindo-se aos cursos colocados à disposição das empresas associadas à Fieg.



Marcelo Ferreira da Costa, secretário de Educação de Goiânia, defendeu o diálogo constante entre empresas e sociedade como forma de preparar o Estado e o País para futuras pandemias. “O mundo vai ser reformulado agora, como ocorreu com a pandemia da gripe espanhola em 1917. Temos que tirar lições para estarmos preparados para a próxima pandemia”, acrescentou.

A palavra dos sindicatos

CURSOS PARA ENGENHARIAS

“ Nossa avaliação é positiva e o programa vai ajudar a preparar o setor industrial para a retomada futura, quando a economia não estiver mais dependente de decisões do setor público sobre fechamento e abertura do mercado. Os cursos de qualificação na área de leitura e interpretação de desenho técnico podem ser aplicados a toda a área das engenharias. Vamos sugerir a inclusão de outros cursos mais específicos para a indústria de artefatos de cimento. ”

OLAVO MARTINS BARROS, presidente do Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento)



DEMANDAS ESPECÍFICAS

“ A iniciativa anunciada pela Fieg é especialmente importante neste momento, ao oferecer cursos para atendem também à indústria da moda. O setor foi mais penalizado na crise, já que estava liberada apenas a produção de uniformes e todo o comércio manteve-se fechado até recentemente. Nossa intenção é fazer uma pesquisa com as indústrias de confecções para levantar demandas mais específicas de qualificação profissional e apresentar à federação como sugestão. ”

JOSÉ DIVINO ARRUDA, presidente do Sindicato das Indústrias do



UM RECOMEÇO

“ A indústria de panificação, principalmente as pequenas empresas do setor, que chegaram a perder 70% de seu faturamento durante a crise, precisava de alguma forma de estímulo para retomar investimentos. A oferta de 21 mil bolsas para qualificação profissional assume uma importância grande neste momento, ao permitir a melhor preparação de padeiros, confeiteiros e outros profissionais. Será um recomeço. ”

LUIZ GONZAGA DE ALMEIDA, presidente executivo do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás (Sindipão)



GOIÁS NA FRENTE

“ Novamente a Fieg sai na frente inovando em sua gestão. O programa Indústria + Forte proporciona a todo parque industrial goiano a oportunidade de retomar suas atividades ou de continuar, para quem não parou, de uma forma mais eficiente e inovar sua indústria através da formação mais especializada de sua mão de obra com o viés da inovação. Novo mundo, nova Fieg. Parabéns a todos pelo importante programa. ”

MARÇAL HENRIQUE SOARES, presidente executivo do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo)



Trabalhadores e desempregados aprovam Indústria + Forte

Ouvidos pela **Goiás Industrial**, trabalhadores que atuam no mercado de trabalho e desempregados inscritos em cursos do programa Indústria + Forte aprovaram a iniciativa lançada pela Fieg e pelo Senai para tentar reverter a crise pós-pandemia. A repercussão é boa diante da grande demanda pelos cursos oferecidos, destinados ampliar a oferta de mão de obra qualificada para as indústrias e preparar profissionais para retornar ao mercado de trabalho após a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Desempregado há seis meses, Fernando Araújo viu na iniciativa uma oportunidade de voltar a trabalhar. Ele está fazendo o curso de assistente administrativo, ministrado gratuitamente pela Faculdade Senai Fatesg, via Educação a Distância. “Atuava como agente de call center, mas fiquei desempregado, veio a pandemia e a situação ficou mais complicada ainda. Tenho experiência, mas com o curso vou adquirir mais conhecimentos e conseguir um emprego melhor do que o anterior, além de incrementar meu currículo”, aposta.

Graduado em administração de empresas, Accácio Cavalcante também buscou na qualificação profissional uma oportunidade de sair da fila do desemprego. Ele se inscreveu no curso de gestão da qualidade, oferecido pelo programa, e tem boas expectativas de recolocação no mercado de trabalho. “Estou há dois anos sem emprego fixo e meu objetivo com o



curso é obter uma melhor qualificação para ter mais chances de retornar ao trabalho e superar essa crise”.

Josélio Almeida da Silva e Ronaldo Lucas Sales dos Santos, respectivamente, operador de máquinas e operador de ponte rolante da Lajes Santa Inês, em Aparecida de Goiânia, também aprovaram o programa Indústria + Forte. ■

RECOLOCAÇÃO NO MERCADO

“**Sim, com certeza, o programa Indústria + Forte, da Fieg e do Senai, ajuda quem está desempregado a conseguir recolocação. Os cursos e projetos do Senai são os mais completos e reconhecidos no mercado. As oportunidades são muitas, com muita credibilidade também. Fiz cursos de mecânico industrial e operador de empilhadeira em 2017. É muito importante a gente buscar se desenvolver no trabalho, mais fácil ainda se à distância.**”

JOSELIO ALMEIDA DA SILVA, 27 anos, operador de máquinas da Lajes Santa Inês, onde trabalha há oito anos

“BUSCAR COISAS NOVAS”

“**Esse programa é muito bom pois está qualificando pessoas que estão desempregadas e o mercado de trabalho está muito necessitado hoje de gente preparada. Aqueles que perderam o emprego por causa da pandemia não podem parar, pois há segmentos que agora, na pandemia, tiveram aumento das vendas. Então essas pessoas têm que migrar para esses lugares onde há melhores oportunidades. E o bom é que o projeto tem esse objetivo, que é qualificar, mostrar coisas novas. As vezes, a pessoa perdeu o emprego agora na pandemia, mas tem que buscar saber onde está melhor, qual o segmento está bombando no momento. Então faz o curso ali, pega uma visão, uma noção daquilo ali e vai em frente. Não pode é ficar parado e nem perder tempo. A hora é agora!**”

RONALDO LUCAS SALES DOS SANTOS, 30 anos, operador de ponte rolante da Lajes Santa Inês, onde trabalha há mais de seis anos



“ A INCLUSÃO NA PLATAFORMA NACIONAL, AO LADO DE MARCAS FORTES, MOSTRA O POTENCIAL DE NOSSA FIEG + SOLIDÁRIA E FAZ AUMENTAR NOSSA RESPONSABILIDADE.”

SANDRO MABEL, presidente da Fieg





FIEG + SOLIDÁRIA ARRECADADA 100 TONELADAS; doações chegam a R\$ 1 milhão e entram em ranking nacional

Plataforma on-line da ABCR que acompanha doações para enfrentamento da Covid-19 inclui projeto de responsabilidade social da Fieg

Dehovan Lima

Fotos: Alex Malheiros e Sílvio Simões

Com o alcance de marcas como mais de 100 instituições filantrópicas atendidas, **100 toneladas de alimentos arrecadadas e doadas**, em valores de aproximadamente R\$ 1 milhão, a Fieg + Solidária, projeto de responsabilidade social da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, acaba de ser incluída no Monitor

de Doações Covid-19, da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

Na plataforma on-line, que acompanha semanalmente a evolução das doações para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, a campanha tem a companhia do Senai, Sesi e várias empresas, instituições e pessoas físicas regionais e ►



► Raquel Ribeiro, presidente da Fieg + Solidária, e Wilson Borges, da Casmin-Fieg, comandam dia de doações na Casa da Indústria: metas alcançadas

nacionais. A inclusão se deu após análise de reportagens sobre a Fieg + Solidária publicadas nas revistas **Goiás Industrial** e **Goiás Industrial Pauta Extra**.

“Hoje é um dia de muita alegria, alcançamos 112 instituições atendidas e 100 toneladas de alimentos arrecadadas, fruto da mobilização dos sindicatos das indústrias e empresários goianos. Atingimos em agosto 100 toneladas de alimentos arrecadados. Era uma meta ousada, mas graças a Deus, conseguimos tocar no coração das pessoas para que mais famílias fossem amparadas”, disse a presidente da Fieg + Solidária, a advogada **Raquel Ribeiro**, mulher do presidente da federação, Sandro Mabel, ao comemorar as marcas alcançadas pela iniciativa, dia 10 de agosto, em mais uma sessão de distribuição, que ocorre semanalmente na Casa da Indústria e em ações itinerantes.

“A inclusão na plataforma nacional,

ao lado de marcas fortes, mostra o potencial de nossa Fieg + Solidária, dá visibilidade à iniciativa da indústria goiana e faz aumentar nossa responsabilidade social nesse momento de dificuldades pelas quais estamos passando diante da pandemia.

Vamos manter e ampliar as doações para as pessoas necessitadas”, afirmou o presidente da Fieg, Sandro Mabel, ao anunciar a duplicação da meta para arrecadar 200 toneladas até o fim do ano.

Mobilização ganha impulso em meio à pandemia

Criado em dezembro de 2019, o projeto de responsabilidade social Fieg + Solidária ganhou forte impulso em meio à pandemia do novo coronavírus, ao mobilizar a classe empresarial com arrecadação de produtos de primeira necessidade,

como cestas básicas, leite longa-vida, cortes de carne de frango, itens de higiene pessoal, produtos de limpeza e máscaras de proteção. São beneficiadas milhares de famílias que passam por dificuldades em meio à crise em Goiânia e na Região Metropolitana, além dos municípios goianos de Alto Paraíso, Campinorte, Crixás e Mara Rosa.

O vice-presidente da Fieg Flávio Rassi resalta que as doações promovidas pela campanha são fruto da mobilização dos sindicatos das indústrias e empresários goianos. “Retornamos para a sociedade aquilo que ela também faz por todos nós. Por isso, conclamamos os empresários a intensificarem as doações. Unidos, trabalhamos para cuidar melhor das pessoas”, afirma.

“A Fieg + Solidária trabalha em prol do bem comum, isso é responsabilidade social das empresas, mais uma iniciativa de resultados. Não basta no fim do ano



▶ Flávio Rassi, vice-presidente da Fieg, e a esposa, Patrícia Rassi, participam de entrega de alimentos

fazer o balanço econômico, precisamos também fazer o balanço social e o balanço ambiental. Isso é inovação e responsabilidade socioambiental das empresas”, completa Wilson de Oliveira, presidente da Fieg Regional Anápolis e do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis.

Opinião semelhante é manifestada pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás (Sincafé), Jaques Jamil Silvério. “É uma satisfação incrível trazer novamente o sorriso ao rosto de tantas pessoas que estão passando por momentos de dor e tristeza. Parabéns à Dra. Raquel Ribeiro e toda sua equipe da Fieg + Solidária, assim como a todos companheiros que se sensibilizam com a causa.” ■

“ A FIEG + SOLIDÁRIA TRABALHA EM PROL DO BEM COMUM, ISSO É RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS, MAIS UMA INICIATIVA DE RESULTADOS. ”

WILSON DE OLIVEIRA, presidente da Fieg Regional Anápolis e do SindAlimentos



“ É UMA SATISFAÇÃO INCRÍVEL TRAZER NOVAMENTE O SORRISO AO ROSTO DE TANTAS PESSOAS QUE ESTÃO PASSANDO POR MOMENTOS DE DOR E TRISTEZA. ”

JAQUES JAMIL SILVÉRIO, presidente do Sincafé



Conheça a plataforma on-line da ABCR



Acesse mais conteúdo sobre a Fieg + Solidária na Goiás Industrial, edição de junho



ESSES SETORES CONSEGUIRAM CRESCER

Empresas de produtos de higiene e limpeza, medicamentos hospitalares e alimentos conseguem manter pessoal, elevar produção e vender mais



Em meio à crise provocada pela pandemia, empresas de áreas específicas têm conseguido preservar suas operações, em parte porque atuam em setores essenciais, a exemplo de produtos alimentícios, medicamentos e produtos de higiene e limpeza. Em alguns casos, têm sido favorecidas pelo incremento das exportações ou por situações particulares em mercados que passaram a rodar num ritmo até mesmo mais intenso do que em períodos anteriores.

Incluída entre os setores considerados essenciais, a Ki-Joia Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza não precisou demitir pessoal e nem optou pela redução da jornada de trabalho. “Ao contrário, temos planos mesmo de preencher novas vagas e estamos trabalhando no planejamento para realizar as contratações que irão reforçar nossa equipe de promoção de vendas”, afirma Jaime Canedo, sócio da empresa e presidente do Conselho Temático de Micro

e Pequena Empresa (Compem), da Fieg. Hoje, a empresa gera 75 empregos.

Numa avaliação geral, prossegue Canedo, as vendas não registraram crescimento no primeiro semestre, quando comparadas ao mesmo período do ano passado, embora segmentos específicos tenham experimentado aumento vigoroso, como produtos de higiene e limpeza (água sanitária, desinfetantes e álcool a 70%). As vendas de água sanitária, aponta o empresário, aumentaram 40% entre março e junho deste ano, com avanço de 20% no caso dos desinfetantes.

O álcool líquido tornou-se um caso específico nesta crise sanitária. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou em abril que empresas do setor de produtos de limpeza voltassem a produzir o álcool a 70%, medida que valerá até setembro. Embora o produto tenha participação marginal nas vendas totais da Ki-Joia, representando 3% a 5%

Alex Malheiros



Jaime Canedo: “Temos planos mesmo de preencher novas vagas e estamos trabalhando no planejamento para realizar as contratações que irão reforçar nossa equipe de promoção de vendas”

do faturamento, registrou-se salto de 300% desde abril. Como as empresas do setor não estavam autorizadas a produzir álcool líquido com teor de 70% antes de abril, não há, evidentemente, base para comparações de mais longo prazo.

Além de uma demanda enfraquecida em toda a economia, a empresa enfrentou dois outros problemas. A escalada do dólar, observa Canedo, “representou grande impacto sobre a rentabilidade, que caiu 50% em alguns produtos”. Entre junho do ano passado e o mesmo mês deste ano, a moeda norte-americana saltou 34,7%,



saindo de R\$ 3,86 para quase R\$ 5,20 na média mensal. “Nossas projeções até o final do ano trabalhavam com o câmbio entre R\$ 4,20 e R\$ 4,30”, afirma. A disparada do dólar afetou principalmente os custos de pigmentos e resinas, entre outros insumos. “A alta expressiva ocorre num momento em que o mercado local não permite repasse para nossos preços finais”, acrescenta Canedo.

A empresa enfrentou problemas também com um fornecedor de embalagens para a linha de ceras, que responde por 53% das vendas. O fornecedor não conseguiu cumprir as entregas previstas, faltaram

embalagens e a Ki-Joia chegou a ter retidos em carteira perto de 20% das encomendas, que não puderam ser atendidas ao longo de junho. “Neste segundo semestre, acredito muito que vá ocorrer uma recuperação, permitindo equilibrar as vendas até o final do ano, quando se olha a economia como um todo”, aposta Canedo. Mas o receio recorrente dos consumidores, reflexo direto da pandemia, pode tornar o cenário mais incerto.

Embora já adotasse providências de segurança, regularmente exigidas pela Anvisa e por órgãos sanitários locais, a Ki-Joia também reforçou seus protocolos

de segurança, com adoção de medidas de distanciamento no chão de fábrica, utilização de máscaras, higienização com álcool em gel e uso de termômetros para aferir a temperatura de todo pessoal. “Até o momento, nenhuma pessoa testou positivo para a Covid-19”, ele relata.

Grupo espera avançar 25%

O Grupo H. Egídio, controlador da Equiplex Indústria Farmacêutica, Hospdrogas, Transplex, Alos e Alpha, entre outras empresas, espera aumentar suas receitas em alguma coisa próxima a 25% na média de todo o ano em suas operações no Brasil. Isso significa driblar a pandemia exatamente por conta de seu portfólio de produtos e serviços, concentradas na área hospitalar, equipamentos de proteção e saneantes, distribuição e logística no segmento de saúde. Atualmente com cerca de 600 funcionários, o grupo não apenas preservou todo o pessoal como teve de abrir um ‘quarto turno’ de trabalho na Equiplex, de acordo com Heribaldo Egídio, principal acionista do grupo. A empresa produz, entre outros itens, soluções parenterais de pequeno e grande volume.

O novo turno, que deverá ser mantido até o final do exercício, opera uma linha de pequenos volumes, voltada para a produção de diluentes, cloreto de sódio, potássio e glicose. “Os volumes (de vendas) cresceram e essa é uma linha cara, com tecnologia alemã, que atende hospitais e grandes distribuidoras, o que justifica a abertura do que chamamos de ‘quarto turno’, que vai operar num sistema de 12 por 36 horas”, afirma Egídio. “Nossa produção aumentou em torno de 30% entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano”, acrescenta, num desempenho reforçado pelas linhas de equipamentos de proteção individual (EPIs) e saneantes, que inclui o álcool em gel.

Alex Malheiros



► **Heribaldo Egídio:** “Nossa produção aumentou em torno de 30% entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano”

Além da Equiplex, as operações da Hospdrogas, especializada na distribuição de medicamentos, materiais e equipamentos para hospitais públicos e particulares, além de clínicas médicas e outras empresas de saúde, também não foram afetadas pela crise sanitária. A empresa tem uma carteira com 8 mil clientes e acrescentou a seu portfólio mais recentemente a distribuição de EPIs.

Por meio da marca Mediplex, criada no ano passado para abrigar a linha de produtos descartáveis de uso médico e hospitalar importados da China – incluindo seringas, agulhas, luvas, scalpels, ataduras gessadas –, o grupo terceiriza a produção de EPIs, que experimentou um boom de vendas entre março e maio. Houve uma acomodação em junho e, já no começo do segundo semestre, conforme Egídio,

o mercado passou a demonstrar maior equilíbrio em relação aos níveis observados antes da pandemia.

As operações da Transplex, da área de logística, e da Alos, que trabalha com recrutamento, treinamento, colocação e recolocação de pessoal, foram mais afetadas na crise e só agora começam a esboçar alguma melhoria. Mas a unidade da Flórida, onde o grupo comprou há quatro anos a Alpha, dedicada à produção de prêmios e uniformes para escolas e funcionários dos complexos da Disney e da Universal na região de Orlando, foi severamente atingida. “O faturamento foi reduzido em 80%. A fábrica teve que ser fechada, demitimos todos os 14 funcionários num primeiro momento e retomamos as atividades lentamente a partir de julho, reabrindo duas vezes por semana”, detalha.

No Brasil, mais precisamente dentro do complexo do grupo em Aparecida de Goiânia, o centro de serviços compartilhados do grupo, uma unidade que ganhou vida autônoma há três anos, ajudou a preservar o equilíbrio entre custos e receitas. “O objetivo final da empresa, que atua nas áreas de tecnologia, manutenção industrial, controle de qualidade dos laboratórios e ainda no desenvolvimento de softwares e na gestão de projetos, é reduzir custos”, resume o empresário. O centro desenvolveu, por exemplo, tecnologia

REFORÇO NOS CONTROLES SANITÁRIOS

A partir de março, retomou Heribaldo Egídio, o grupo intensificou seus protocolos sanitários e de segurança, instalando tapetes para desinfecção de calçados, a aplicação de quartenário de amônio para desinfetar ambientes dentro e fora da fábrica, incluindo pátios externos e estacionamento, além de ter triplicado a instalação de dispensers de álcool em gel. “Adotamos medidores de temperatura e novos procedimentos, mais rigorosos,

no refeitório e nos vestiários. Ali, por exemplo, os funcionários têm de trocar os calçados por outros já esterilizados para poderem entrar na área de produção”, detalha. No refeitório, “foram estabelecidos seis horários escalonados, com meia hora para cada turma, com distanciamento entre mesas, talheres embalados, bandejas separadas e uso de luvas para servir”, conforme Egídio.

O comitê de crise, criado em março e na sequência renomeado “Comitê Covid-19”, traçou todo o planejamento para enfrentar a pandemia,

treinou o pessoal e, há um mês, iniciou um programa de testagem dos funcionários. “Na Hospdrogas, tivemos apenas um caso de contaminação, mas externa, e dois casos na fábrica”, aponta ele. O grupo passou a oferecer vans e carros da própria firma para transporte de pessoal e colocou 42 de seus trabalhadores em regime de home office. “Na área de tecnologia da informação, 80% do pessoal está em home office e conseguimos incremento na entrega de resultados nessa área, com ganho de eficiência”, constata.



► **Planta da Caramuru em Itumbiara:** vendas externas cresceram mais de 20% no primeiro semestre e responderam por 54,9% das vendas totais

que permite identificar máquinas com consumo de energia fora da curva, o que permite reduzir ineficiências e desperdícios em compressores, motores e outros equipamentos com uso de inteligência. “Mesmo trabalhando mais horas na fábrica, conseguimos baixar o custo da energia em 35%”, acrescenta.

Exportações ajudam a puxar vendas

Puxadas pelo mercado externo, as vendas da Caramuru Alimentos cresceram 13,7% na primeira metade deste ano, com alta de 20,3% nos volumes exportados. No total, a empresa entregou aos mercados doméstico e internacional quase 1,152 milhões de toneladas de produtos, entre soja, óleo, farelo, derivados de milho, biodiesel e lecitina, volume que se compara com 1,013 milhão de toneladas nos seis meses iniciais

de 2019. A exemplo do restante da indústria de alimentos, a empresa não chegou a interromper suas operações depois de instalada a pandemia no País.

Desde 16 de março, a Caramuru criou e colocou em operação um comitê exclusivamente dedicado a tratar de questões relacionadas à crise sanitária e responsável pela montagem de um plano de contingência. Foram adotadas medidas para impedir casos de contaminação nas unidades da Caramuru, incluindo o uso disseminado e máscaras, maior espaçamento entre funcionários, uso de álcool em gel, higienização de todos os ambientes, incluindo meios de transporte e refeitórios, que passaram a funcionar em turnos para evitar aglomerações. A empresa reforçou ainda o atendimento ambulatorial e médico aos trabalhadores e executivos. De acordo com a empresa, a automação dos sistemas na indústria não só facilita a operação como

possibilita menor demanda de mão de obra, reduzindo fatores de risco sanitário.

As exportações evoluíram de 525,83 mil para 632,35 mil toneladas e passaram a responder por 54,9% das vendas totais, diante de uma participação de 51,9% no primeiro semestre de 2019. O salto de 143,5% nos embarques de soja em grão foi o grande destaque no semestre, com as vendas no mercado internacional subindo de 95,553 mil para 232,346 mil toneladas. A participação do grão nas exportações avançou de apenas 18,2% para 36,8%. Enquanto as exportações de farelo geneticamente não modificado cresceram 20,6%, de 117,26 mil para 141,44 mil toneladas, as vendas externas da variedade geneticamente alterada baixaram 23,8% no semestre, saindo de 256,91 mil (48,9% do total exportado pela empresa) para 195,78 mil (31% do total).

No mercado doméstico, os volumes faturados avançaram em ritmo menos ►

intenso, de 487,39 mil para 519,52 mil toneladas, variando 6,6% entre um semestre e outro. As vendas de derivados de milho aumentaram 14%, passando de 59,432 mil para 67,874 mil, mas os derivados de soja experimentaram recuo de 24%, baixando de 24,154 mil para 18,452 mil toneladas. As unidades de biodiesel da empresa, no entanto, venderam 16% a mais no primeiro semestre deste ano, entregando 184,61 mil toneladas ao mercado, diante de 159,05 mil em 2019. O segmento passou a ter participação de 35,5% nas vendas totais, acima dos 32,6% registrados nos seis primeiros meses do ano passado.

Biodiesel e um novo modelo de negócios

A divisão de biodiesel, produto integralmente destinado ao mercado doméstico, além das exportações de grão e farelo, tem contribuído para os resultados mais positivos da indústria de processamento de soja, de acordo com o economista chefe da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), Daniel Furlan. Ele relembra que o mercado de soja registra, desde 2018, balanço muito mais ajustado entre oferta e demanda, o que “estimula o produtor a ampliar a produção e a investir em tecnologia”. O avanço da produção de biodiesel a partir de óleo de soja, por sua vez, tem ajudado a indústria do setor a desenhar um novo modelo de negócios. “O biodiesel tem importância na agregação de valor, na substituição de importações de diesel fóssil e na redução de emissões”, afirma, acrescentando que o combustível

renovável gera 70% menos emissões de gases do efeito estufa em comparação com o concorrente não renovável.

Durante a pandemia, ônibus urbanos e caminhões de carga continuam circulando, causando mudança num padrão histórico observado no mercado de diesel, que manteve as vendas em momento de retração do Produto Interno Bruto (PIB). As vendas do combustível, em ciclos normais da atividade econômica, em geral acompanham o comportamento da economia como um todo.

A produção de biodiesel cresceu 9,3% em todo o País no primeiro semestre, avançando de 2,699 bilhões para 2,950 bilhões de litros, recorde para o período. As vendas também haviam crescido perto de 9,3%, mas no acumulado entre janeiro e abril, dado mais recente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), saindo de 1,793 bilhão para 1,959 bilhão de litros. Em Goiás, a produção cresceu 9,6% no primeiro semestre, de 387,46 milhões para 424,59 milhões de litros, enquanto as vendas avançaram 8,1% na comparação entre os quatro primeiros meses deste ano e igual período de 2019, variando de 244,64 milhões para 264,55 milhões de litros.

A mistura de biodiesel no diesel convencional avançou de 10% em março de 2018 para 11% em setembro do ano passado, passando para 12% em março deste ano e deve atingir o teto

de 15% em 2023. Neste ano, a indústria deverá destinar perto de 4,86 milhões de toneladas de óleo de soja para a produção de biodiesel, num aumento de 18,5% em relação a 4,10 milhão de toneladas em 2019. Isso corresponderá a um volume de 24,3 milhões de soja em grão (quase um quinto da safra). No próximo ano, a estimativa da Abiove considera salto de quase 30%, correspondendo a 6,30 milhões de toneladas de óleo de soja (e 31,4 milhões de toneladas do grão). ■

▶ **Daniel Furlan:** “O biodiesel tem importância na agregação de valor, na substituição de importações de diesel fóssil e na redução de emissões”



Henri Kenzo Tamiguit

cod
sempre por aqui

Torne seu produto mais competitivo pelo mundo

Emita Certificado de Origem Digital para Exportação, de Forma rápida e fácil, com a única entidade autorizada em Goiás. Se é exportação, **é com o CIN/FIEG**

www.cod.cni.org.br | 3501-0048

 **CIN**
Centro Internacional de Negócios
de Goiás

 **FIEG**
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Na indústria, frente de combate à pandemia

Empresas em Goiás com ações de enfrentamento diante da crise sanitária causada pela Covid 19 investem em ambientes de trabalho seguros, prevenção e acompanhamento com equipes de saúde e auxílio da tecnologia remota

Renata Dos Santos

Última semana de julho de 2020, virada de semestre e retomada das atividades econômicas. Em Goiás, assim como no País inteiro, por todo canto, filas de pessoas ou de veículos proliferam-se em postos de saúde ou drive-thru em busca de testagem ou tratamento para descobrir contaminação ou combater os efeitos do novo coronavírus no organismo. Diante desse cenário, muitas empresas encaram a crise sanitária que abala o planeta, adiantando-se em ações de enfrentamento da Covid-19 para proteger a saúde das pessoas, e também de seus negócios.

Para evitar aglomeração, que aumenta o risco de contágio e ainda a agonia diante de sintomas da doença ou da dúvida da contaminação do vírus, empresários da indústria buscaram meios de evitar a doença ou o agravamento de casos.

Em Goiás, o front de guerra das empresas contou com serviços de testagem do Sesi in loco no chão de fábrica ou realizado por equipes de saúde que adquiriram os testes na instituição do

Alex Malheiros



► **Mário Renato Guimarães de Azeredo, da Lajes Santa Inês, protocolo rígido e parceria com o Sesi**

Tecnologia

– Reconhecida como uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Centro-Oeste, para enfrentar a Covid-19, a Brasal Incorporações apostou em tec-

Sistema Fieg. Algumas dessas empresas parceiras do Sesi, como a Lajes Santa Inês, Brasal Incorporações e BRF Alimentos, relataram à **Goiás Industrial** suas ações de enfrentamento e protocolos desenvolvidos durante a pandemia.

Na Lajes Santa Inês, do engenheiro Mário Renato Guimarães de Azeredo, se o funcionário chega para trabalhar gripado, a primeira providência é levá-lo ao Sesi, instituição contratada para testagem de seus 60 funcionários. Entre outras providências tomadas, o escalonamento do intervalo de almoço dos funcionários em três turnos também foi eficaz para garantir o distanciamento social durante as refeições e manter, segundo ele, o número que é motivo de orgulho: zero caso.

Vigilância epidemiológica – O gerente de saúde do Sesi, Bruno Godinho, destaca que, nesta pandemia, cada vez mais empresas buscam soluções e consultorias na instituição da indústria. A grande maioria investe em medidas preventivas como limpeza, desinfecção, fornecimento de álcool em gel no chão de fábrica.

nologia e recursos humanos para orientar trabalhadores nas obras. Por meio de um aplicativo desenvolvido pela equipe de tecnologia da empresa, os trabalhadores das obras recebem orientações de como se prevenir contra o coronavírus.

“A construção civil foi um setor que parou por pouco tempo em Goiás, então foi essencial criarmos protocolos e medidas de segurança para nossos colaboradores”, destacou o diretor da regional da empresa em Goiânia, Thiago Galvão.

Uma das maiores companhias de alimentos do mundo, detentora de marcas como Perdigão e Sadia, a BRF, com fábricas de Mineiros, Rio Verde e Buriti Alegre, contou com a parceria do Sesi para testar seus profissionais.

Rafael Menute, diretor industrial Centro-Oeste da BRF, destacou que a companhia adotou, de forma voluntária, um protocolo de aplicação de testes para Covid-19 em todas as suas unidades, incluindo as localizadas em Goiás, com o objetivo de preservar a saúde de todos os seus colaboradores, de seus familiares e da comunidade, e manter as operações de modo seguro. ■



De volta à produção de olho num novo mercado

A retomada das atividades das indústrias de confecções e calçados, que integram ampla e diversificada cadeia produtiva e cujo desenvolvimento constitui um dos pilares estratégicos da Fieg, foi pauta de reportagem especial de O Popular, na série **Caminhos contra a crise**, que o jornal vem publicando em meio à pandemia do coronavírus.

Com expectativas positivas no início do ano, antes portanto da deflagração da crise sanitária global, todo o polo de moda goiano havia ganhado, no âmbito do Sistema Fieg e parceiros, o concurso do Goiás Fashion Bureau, um movimento destinado a aglutinar atores dos segmentos das indústrias de produtos têxteis, confecções, artigos do vestuário, fabricação de couros, artefatos de couros, artigos para viagens, calçados e cosméticos. Adicionalmente, outra boa notícia foi a implantação pela Faculdade Senai Ítalo Bologna, em Goiânia, de um polo avançado do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Senai Cetiqt), do Rio de Janeiro, referência em serviços e produtos especializados para o segmento

Lucia Monteiro/Jornal O Popular (matéria publicada em 25 de julho)

A pandemia do coronavírus interrompeu por 120 dias a produção e as vendas físicas nos diversos polos de moda em Goiás. Isso causou um efeito cascata que deixou sem faturamento uma longa cadeia produtiva, incluindo confecções, lojistas, facções, lavanderias, bordadeiras, revendedores de tecidos e aviamentos, entre outros, na capital e no interior. Somente na indústria confeccionista, a estimativa é de que cerca 30% das empresas ainda estejam fechadas. Com a reabertura das lojas físicas, os empresários iniciaram uma cautelosa retomada,

sempre de olho no comportamento do novo mercado.

Com quatro lojas na Região da 44, a produção da confeccionista Andreia Melo gerava 20 empregos diretos e 36 terceirizados. Ela lembra que, no início do ano, estava cheia de boas expectativas e havia acabado de criar uma coleção, que seria lançada em 26 de março. A pandemia foi como uma porta que se fechou. A saída inicial foi investir nas vendas on-line, que antes eram esporádicas, e suspender os contratos de trabalho. A produção foi retomada há 15 dias, mas com menos de

Alex Malheiros



20% da capacidade, quatro funcionários foram dispensados e duas lojas devem ser fechadas. “Está difícil até saber o que produzir para atender esse novo mercado”, justifica.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia (Sinroupas), Edilson Borges de Sousa, estima que mais de 25 mil empregados formais foram demitidos. “Sem produção e vendas, muitas empresas não tinham nem como pagar as rescisões e fornecedores”, lembra. A grande maioria, formada por micro e pequenas empresas, não tinha uma estrutura de vendas on-line, que responderam por no máximo 20% do normal. A interrupção no faturamento afetou uma extensa cadeia produtiva formada por milhares de empresas formais e informais.

O maior impacto veio com o fechamento da Região da 44, que já responde



► **Edilson Borges de Sousa, presidente do Sinroupas: mais de 25 mil empregos formais perdidos**

para voltar a produzir e ter de fechar as portas de novo”, conta. Ele garante que os empreendedores da região têm procurado apoiar seus lojistas, oferecendo descontos e até isenções de aluguéis e renegociando débitos com condomínios. Mesmo assim, a estimativa é de que cerca de 2,5 mil lojas na Região da 44 tenham fechado as portas. “A maior preocupação agora é garantir a segurança para evitar um novo fechamento.”

DECOLAR

O setor calçadista também tinha a expectativa de decolar este ano. O presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicacce), Elvis Roberson Pinto, lembra que, com a alta do dólar, as grandes indústrias incrementaram suas exportações, abrindo mais mercado interno para as menores. Com a pandemia, tudo mudou. “Com o fechamento das lojas, quem não tinha gorduras para queimar fechou as portas, pois as empresas não conseguiram acessar as linhas de crédito do governo”, ressalta.

Muitas, por serem informais, nem puderam suspender contratos de trabalho. Parte dos fabricantes passou a investir mais nas vendas on-line e buscou reduzir custos, buscando aluguéis mais baratos. Com a reabertura, a produção volta aos poucos, diante do funcionamento limitado das lojas físicas. “O mercado não será mais o mesmo depois da pandemia. No

isolamento, quem não sabia comprar pela internet aprendeu”, alerta.

As vendas on-line ajudaram a confeccionista Larissa Noda a reduzir as perdas durante o isolamento e a encontrar o caminho da retomada. Ao investir mais nesse recurso, a queda em seu faturamento ficou entre 30% e 40% depois do fechamento das lojas físicas. “Até abrimos uma nova estrutura de vendas somente para o on-line, depósito e show room, e até geramos novos empregos, entre vendedores e facções”, destaca.

As vendas pela internet, que antes não passavam de 20% do total, hoje já respondem por 50% do faturamento. Segundo Larissa, mesmo após a reabertura, quem comprava pela internet resolveu continuar. “Agora, temos mais um canal de vendas fortalecido”, comemora. ■

Luciana Amorim



► **Elvis Roberson Pinto, presidente do Sindicacce: com a pandemia, tudo mudou**

por 70% das vendas do setor confeccionista em Goiânia. Mesmo com a reabertura do comércio, a proibição das caravanas é vista como um empecilho para uma retomada sustentável das empresas. “O polo confeccionista é o maior vetor do turismo de negócios na capital e isso também afeta hotéis e restaurantes”, destaca Edilson. Por isso, a expectativa é de que a retomada ainda demore meses, enquanto os vários polos confeccionistas pelo interior do Estado enfrentam dificuldades.

Depois de quatro meses de portas fechadas, a estimativa é que a Região da 44 tenha deixado de movimentar quase R\$ 2,3 bilhões, considerando que 20% dos lojistas fizeram vendas on-line. Para o presidente da Associação Empresarial da Região (AER44), Crystiano Câmara, a retomada será gradual, num ritmo incerto, pois ainda dependerá dos números da propagação da doença. “Muita gente tem medo de investir

Acesse mais conteúdo sobre o assunto na **Goíás Industrial**



Migrar ou não migrar, a dúvida

Empresas terão de fazer contas para saber se novo programa de incentivos, ainda à espera de regulamentação, poderá ser mais vantajoso

Em vigor desde 5 de junho, quando foi publicada a Lei 20.787, o Programa de Desenvolvimento Regional (ProGoiás) simplifica processos, deverá encurtar prazos de tramitação para contratação de incentivos e ainda facilitar a fruição de benefícios fiscais, que migram de um modelo supostamente financeiro-fiscal para outro puramente tributário, baseado na concessão de crédito outorgado a empresas que já investem ou têm planos de investimentos para Goiás. Essa é a visão de tributaristas, advogados e da Secretaria de Economia do Estado, mas persistem dúvidas em relação a eventuais ganhos e vantagens dessa mudança. A proposta do governo envolve certamente a migração das empresas hoje enquadradas no Fomentar e Produzir para o novo programa, praticamente uma cópia do que é adotado por Mato Grosso do Sul.

“Deve-se reconhecer que os programas Fomentar e Produzir foram grandes marcos na industrialização do Estado. Ao longo das últimas décadas, esse processo deixou de ser incipiente e a indústria ganhou musculatura como resultado daqueles programas”, afirma o economista Cláudio Henrique Oliveira, assessor econômico da Fieg. Embora a operação do ProGoiás seja mais simples, com redução de obrigações principais e assessórias, facilitando o acompanhamento dos processos, observa ainda, “a migração de um programa para outro exige cálculos por parte dos empresários, para verificação e identificação das vantagens financeiras”.

Tatiana Reis



▶ **Andréa Vecci, entre Sandro Mabel e Everton Chaves Correia, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação: “Guerra fiscal” entre os Estados teve como ponto positivo a descentralização da indústria no País, criando oportunidade de diversificação econômica para Estados até então com baixa participação na área industrial**

Da mesma forma, Andréa Vecci, assessora tributária da Fieg, sugere que a “guerra fiscal” entre os Estados teve como ponto positivo a descentralização da indústria no País, criando oportunidade de diversificação econômica para Estados até então com baixa participação na área industrial. “Precisamos ter indústrias em todo o País para que tenhamos clusters de desenvolvimento”, analisa.

Fernanda Terra, mestre em direito tributário pela Fundação Getúlio Var-

gas (FGV), avalia que o novo programa embute mais benefícios, numa análise preliminar, mas considera ainda muito cedo para respostas mais afirmativas em relação à migração que o governo deseja estimular. Esse é um tipo de decisão que deverá ser tomada caso a caso, acrescenta ainda, a depender da situação de cada empresa. O governo terá de regulamentar as normas para essa migração para, na sequência, a Secretaria de Economia emitir as respectivas instruções normativas, lem-

bra Flávio Rodovalho, assessor jurídico da Associação Pró-Desenvolvimento de Goiás (Adial). Ele estima ainda mais dois meses para que o ProGoiás esteja “em vigor plenamente”.

A participação do Fórum de Entidades Empresariais nas discussões para modelagem da nova política de incentivos, relembra Cláudio Henrique, foi um dado positivo e contribuiu para contornar distorções. Os incentivos do ProGoiás, aponta ele, continuarão a conviver com outras formas de benefícios fiscais, incluindo o crédito especial de investimento, isenção, redução de base de cálculo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e demais modalidades de crédito outorgado. “(O ProGoiás) é menos pior do que o Produzir, mas foi o que conseguimos fazer dentro dos limites da Lei Complementar 160”, pondera Rodovalho. A lei mencionada pelo advogado, publicada em maio de 2017, tratou da remissão de crédito tributários e da convalidação dos benefícios fiscais adotados pelos Estados à revelia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Pelo mesmo motivo, o novo programa surge num momento político bem diferente do anterior, já que a convalidação afastou o risco de uma ação direta de inconstitucionalidade, lembra Rodovalho, acrescentando, no entanto, que “Goiás não tem mais o melhor (programa de) benefício do Brasil”. Agora, emenda ele, “todos os Estados estão no mesmo programa”. A secretária da Economia do Estado de Goiás, Cristiane Alkmin Schmidt, lembra, por sua vez, que o texto da lei que criou o ProGoiás afasta a “questão da interrupção (dos incentivos) pelo gestor público”, já que o “benefício é concedido por prazo certo”, determinado até 2032. “Então, está assegurada a fruição do benefício e esse prazo está estabelecido na Lei Complementar 160. Está assegurado no texto da lei”, reafirma. Ao ser definido por prazo certo e sob condições, complementa Rodovalho,

Fotos: Alex Malheiros



► **Cláudio Henrique Oliveira:** “Deve-se reconhecer que os programas Fomentar e Produzir foram grandes marcos na industrialização do Estado. A indústria ganhou musculatura como resultado daqueles programas”

o benefício não poderá ser revogado, o que inclui no novo programa um “fator jurídico mais forte do que no Produzir”.

Ao longo dos anos, Fomentar e Produzir sofreram alterações de normas e inclusão de penduricalhos que tornaram ambos programas mais burocráticos. O Fomentar, ressalta Fernanda Terra, foi modificado por 62 leis desde 1984, enquanto o ritmo de alterações no Produzir, embora o programa seja mais recente, foi ainda maior, somando 82 mudanças desde sua criação em 2000. Ela igualmente concorda que a nova lei “desburocratizou a concessão de incentivos”, num ambiente de maior segurança jurídica desde a edição da Lei Complementar 160.

Cristiane destaca, como principal ponto da nova lei, a desburocratização de “todo o trâmite por ser (um benefício) essencialmente tributário, concedido sob a forma de crédito outorgado”, o que deverá se traduzir em melhoria no ambiente de negócios. Ao contrário dos programas Fomentar e Produzir, ainda em vigor,



► **Fernanda Terra:** advogada tributarista considera ainda muito cedo para respostas mais afirmativas em relação à migração das empresas para o novo programa. Esse é um tipo de decisão que deverá ser tomada caso a caso, acrescenta



► **Flávio Rodovalho:** “O ProGoiás é menos pior do que o Produzir, mas foi o que conseguimos fazer dentro dos limites da Lei Complementar 160”

prosegue a secretária, o ProGoiás “não envolve mais aquele financiamento fictício, um financiamento de faz de conta.” Essa foi a alternativa adotada pelo governo, na ►

época, como forma de driblar a exigência de aprovação de incentivos fiscais, por voto unânime dos Estados, no âmbito do Confaz – o que, anos mais tarde, colocou ambos os programas numa situação de extrema insegurança jurídica.

“O contribuinte não tem mais que procurar outro órgão para fazer um contrato de financiamento (no caso, a Agência de Fomento de Goiás) e enfrentar todo aquele trâmite de um contrato de empréstimo, de um financiamento que não existe na realidade. Esse é o principal ponto”, reforça Cristiane. A simplificação facilitará também o trabalho dos “agentes envolvidos na concessão e na fiscalização do benefício”, aponta ainda. Como não há mais o financiamento, continua a secretária, as empresas não terão mais que comprovar, a cada ano, fatores de desconto aplicados sobre o saldo devedor apurado, num processo excessivamente burocrático para o contribuinte e que ainda tornava difícil a fiscalização.

No “modelo antigo”, nas palavras escolhidas pela secretária, a elaboração de qualquer projeto envolvia a contratação de projetista, consultores, economistas e outros, enquanto a empresa levava até um ano e meio para começar a utilizar o benefício, “sendo que ela já poderia estar faturando, produzindo e gerando ICMS para o Tesouro Estadual”. O trâmite do processo dentro do ProGoiás, estima ela, deverá ser reduzido para 30 dias, entre elaboração do projeto, enquadramento da proposta, concessão e utilização do crédito outorgado. Os procedimentos para monitorar os resultados serão baseados na Escrituração Fiscal Digital (EFD), tornando todo o processo mais institucional.

Um passivo de R\$ 15,0 bilhões

“O ProGoiás se aproxima totalmente do programa de Mato Grosso do Sul. Nós estamos fazendo uma adesão ao benefício



► **Cristiane Schmidt:** “Buscamos focar justamente na realização de investimentos, exigindo como contrapartida 15% do montante declarado pelo contribuinte a ser fruído como crédito outorgado nos primeiros 36 meses”

concedido por eles. Nós fizemos algumas adaptações aqui até para adequar com nossa técnica legislativa e com nossa realidade, mas o montante do benefício fiscal, para que setor ele é concedido, está idêntico ao de Mato Grosso do Sul”, afirma Cristiane Schmidt, secretária de Economia. Ela considera “pouquíssimo provável” o risco de questionamentos jurídicos contra o novo programa, já que a adesão à experiência do Estado vizinho foi feita com muito critério. “Observamos estritamente o limite do benefício lá, não extrapolou em nada, justamente para que não haja nenhum questionamento por qualquer unidade da federação junto ao Confaz ou ao Ministério da Economia”, declara.

A decisão de lançar o novo programa de incentivos, aponta Cristiane, derivou muito mais da necessidade de eliminar um risco jurídico crescente, relacionado às ações judiciais movidas pelas prefeituras para reclamar sua cota-parte de 25% sobre a parcela incentivada dos investimentos. De acordo com a secretária, algumas ações

tramitam há 20 anos e o passivo potencial relacionado ao contencioso com as prefeituras está estimado em algo próximo a R\$ 15,0 bilhões, gerando pagamentos retroativos e novas obrigações correntes e futuras.

“O cenário atual das ações dos municípios é de 200 ações em tramitação, mais de 60 ações transitadas em julgado desfavoráveis ao Estado”, acrescenta. Ela calcula que o fluxo de pagamentos gira em torno de R\$ 70 milhões por mês. “E isso vai gerar um aumento total da dívida consolidada de cerca de R\$ 20 bilhões para R\$ 35 bilhões por causa do passivo”, o que significaria alta de 75,0%.

O governo sustenta expectativa bastante otimista em relação à migração das empresas para o ProGoiás, levando em conta a repercussão junto ao setor privado e as “diversas manifestações do setor produtivo, sem exceção”, continua Cristiane. A redução progressiva das contribuições ao Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege), de 10% no primeiro



► **Fernando Franco:** “Vejo tudo muito centrado na Secretaria de Economia, quando seria necessária uma visão de mais longo prazo diante do interesse de promover um desenvolvimento sustentável do Estado”

ano para 8% no segundo e 6% no terceiro, “certamente foi um ponto muito positivo”. Muito embora, na visão do setor produtivo, essa contribuição devesse ser extinta.

Além disso, diz ela, “os custos de migração são mínimos”, entre outros motivos “porque a empresa não tem que apresentar novo projeto de viabilidade do empreendimento e não precisa começar tudo de novo”. Para a empresa, bastará preencher um requerimento que está no site da Secretaria da Economia e da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) solicitando a migração e fazendo upload de documentos. Não há necessidade de realizar novos investimentos. Será exigido, no entanto, finalizar investimentos eventualmente propostos no momento de adesão ao Fomentar e Produzir.

Na mesma linha, a secretária acredita que o ProGoiás deverá exercer papel relevante para a atração de novos investimentos para o Estado. “Buscamos focar justamente na realização de investimentos, exigindo como contrapartida 15% do

montante declarado pelo contribuinte a ser fruído como crédito outorgado nos primeiros 36 meses, sob pena de ter seu termo de enquadramento e sua fruição suspensos e até mesmo revogados”, adverte Cristiane.

Conselho burocrático

“A Secretaria da Economia olhou muito para o lado tributário ao criar a lei do ProGoiás, que é positiva, mas desconsidera outras questões além da competitividade fiscal”, comenta Fernando Franco, da Trade Providers Consultoria. Pelo lado fiscal, portanto, lembra o consultor, o Produzir prometia um benefício padrão de 73% sobre o ICMS apurado, mas o benefício efetivo tem girado ao redor de 45,3%, diante das exigências de pagamento de juros e garantias, recolhimento da contribuição de 15% ao Protege. No ProGoiás, o benefício líquido no primeiro ano de fruição deverá ser de 57,60%, considerando-se uma alíquota de 10,0% para o Protege, já

de partida superior ao Produzir, portanto.

No segundo ano, com a redução da alíquota do Protege para 8,0%, o benefício efetivo subirá para 59,80%, atingindo 62,04% no terceiro ano, quando a contribuição ao Protege cairá para 6,0%. Nas regiões com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo, o benefício líquido será sempre de 67,0%, já que não será exigida a contribuição ao Protege das empresas que investirem ali. “A lei (do ProGoiás) é simples, a fruição é simples e o benefício fiscal é melhor”, sustenta.

Cláudio Henrique, assessor econômico da Fieg, aponta ainda que empresas que optarem pelo sistema de metas de arrecadação receberão tratamento tributário também diferenciado dentro do programa, a exemplo daquelas que vierem a instalar suas plantas em localidades de baixo desenvolvimento. Assessora tributária da Fieg, Andréa Vecci acrescenta que as metas de arrecadação, que não serão compulsórias, deverão ser fixadas por setor na regulamentação da lei que criou o programa e darão às empresas acesso ao benefício integral de 67% sobre o ICMS.

Dois pontos de preocupação, mencionados por Henrique e pelo advogado Flávio Rodvalho, estão relacionados à criação de um conselho deliberativo formado pelo governador do Estado e mais três secretários e à decisão de deixar sob responsabilidade da Secretaria de Economia a tarefa de operacionalizar e definir as linhas do programa. “Como isso se dará dentro de uma secretaria que se ocupa de arrecadar impostos?”, questiona o assessor econômico da Fieg. Rodvalho considera “tenebrosa” e uma “burocracia desnecessária” a criação do conselho. “Vejo tudo muito centrado na Secretaria de Economia, quando seria necessária uma visão de mais longo prazo diante do interesse de promover um desenvolvimento sustentável do Estado”, complementa Franco. ■



DESAFIOS E OPORTUNIDADES SOB O NOVO MARCO

Setor terá de receber investimentos de pelos menos R\$ 35,0 bilhões por ano, durante uma década e meia, para promover a universalização dos serviços de água e esgoto

O desafio de universalizar o acesso às redes de água tratada e esgoto até 2033, conforme estabelece a Lei 14.026, sancionada pela Presidência da República em 15 de julho passado, exigirá um esforço concertado entre o setor público e operadoras privadas para que de fato ocorram os investimentos esperados. O novo marco regulatório do setor de saneamento

básico abre maior espaço para a iniciativa privada e não faltam recursos no mercado para financiar aqueles investimentos, mas há vários pontos, muitos sensivelmente polêmicos, ainda dependentes de regulamentação, o que inclui a apreciação pelo Congresso, ainda sem data definida, dos 11 itens da nova legislação vetados pelo Executivo federal.

Presidente da Fieg, **Sandro Mabel** lembra que o novíssimo marco legal para o setor vinha sendo discutido há anos, antes que se alcançasse, agora, um conjunto equilibrado de regras, num trabalho duro que envolveu o Congresso, os governos estaduais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e outras entidades e instituições do setor privado. “São mais do



Barragem no Ribeirão João Leite: 130 bilhões de litros e capacidade para atender a população da Grande Goiânia nos próximos 23 anos

que conhecidas as dificuldades na área do saneamento e os governos nem sempre conferiram ao setor, ao longo de décadas, a prioridade devida”, observa ele.

O fato de os parlamentares terem finalmente aprovado o novo regramento para o setor ganha outra importância, prossegue Mabel, num momento em que a pandemia exige mais, a se considerar a relevância do saneamento para a saúde pública – e o marco, acrescenta ele, permite esse ‘mais’. O presidente da Fieg acredita que a legislação deverá **“abrir espaço para grandes oportunidades”**, tanto no setor privado, quanto para as companhias públicas, que poderão **“crescer e dar saúde à população por meio de parcerias e de outras ferramentas”**.

Flávio Rassi, 2º vice-presidente da Fieg e presidente do Conselho Temático



Fotos: Alex Matheiros

► **Sandro Mabel:** “São mais do que conhecidas as dificuldades na área do saneamento e os governos nem sempre conferiram ao setor, ao longo de décadas, a prioridade devida”

de Meio Ambiente da federação, conduziu no final de julho live para discutir o assunto, com participação dos presidentes do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra), Célio Eustáquio de Moura; da Saneamento de Goiás S.A. (Saneago), Ricardo Soavinski; da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre), Luiz Gonzaga Alves Pereira; e do diretor executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares Neto.

“A Fieg representa hoje o que há de melhor no setor industrial, que é uma indústria mais humana, voltada para pessoas, com foco na preservação da vida e da economia, porque a economia também é vida e não há essa dicotomia entre os dois lados”, comenta Rassi. O debate proposto pela federação, continua ele, teve como propósito evitar que prosperem interpretações que possam ser “dissonantes com o que o legislador aprovou”, antever problemas e casar a geração de oportunidades para a base industrial da Fieg e a “preservação da vida e do meio ambiente”.



► **Flávio Rassi:** “A Fieg representa hoje o que há de melhor no setor industrial, que é uma indústria mais humana, voltada para pessoas, com foco na preservação da vida e da economia”

Como relembra Célio Eustáquio, com base na legislação recém-aprovada, 90% e 99% da população deverão ter acesso, respectivamente, a serviços coleta e tratamento de esgoto e à rede de água tratada ►

até 2033, prevendo-se para isso investimentos entre R\$ 600,0 bilhões a R\$ 700,0 bilhões, conforme projeções do Ministério da Economia. Esses valores poderão representar, a partir de 2021, um investimento médio anual entre R\$ 46,0 bilhões e R\$ 54,0 bilhões – ou seja, algo entre 3,2 e 3,7 vezes mais o valor estimado pela Inter.B Consultoria Internacional de Negócios para os investimentos previstos no setor em 2019, na faixa de R\$ 14,5 bilhões ou 0,20% do Produto Interno Bruto (PIB).

A Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) estima que as metas de universalização do sistema deverão exigir a injeção anual de R\$ 35,0 bilhões, ao longo de 15 anos, acumulando algo como R\$ 525,0 bilhões no período. Na média, esses valores corresponderiam a qualquer coisa próxima de 0,45% do PIB, ou seja, mais de duas vezes o percentual médio registrado anualmente desde o começo da década passada. Em Goiás, conforme Soavinski, as estimativas indicam a necessidade de investimentos ao redor de R\$ 10,0 bilhões para atingir as metas propostas, lembrando a rede de água da Saneago já atende a 97,2% da população, abrangendo 226 municípios goianos, registrando cobertura ainda de 63,5% da população na área de esgoto, correspondendo a 3,763 milhões de pessoas.

O desenho final dos princípios fixados pelo novo marco ainda será dado pela regulamentação de uma série de dispositivos legais pelo governo federal. Conforme Soares Neto, esse processo deverá ser concluído em 90 dias, incluindo aqui os critérios e parâmetros para que as concessionárias detentoras de contratos de programa comprovem capacidade técnica e financeira para alcançar a universalização e a forma como se dará o apoio técnico e financeiro da União.

- ▶ Brasil gerou **21,3 milhões** de metros cúbicos de esgoto em 2017
- ▶ País coletou **14,3 milhões de m³** e tratou apenas **11,0 milhões**, pouco mais da metade de todo o esgoto gerado
- ▶ Isso significa que pelo menos **10,3 milhões de m³** – ou seja, **10,3 bilhões de litros** – foram despejados in natura em rios e córregos

MAIOR ACESSO A ESGOTO E DESIGUALDADES REGIONAIS

(Porcentual de domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário)

Regiões	1989	2017
Brasil	47,3%	60,3%
Norte	8,4%	16,2%
Nordeste	26,1%	52,7%
Sul	39,1%	43,0%
Sudeste	91,0%	96,5%
Centro-Oeste	12,9%	43,0%



Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), IBGE

DOMICÍLIOS SEM ACESSO AINDA ELEVADO

(Dados em milhões de domicílios fora da rede de esgotamento sanitário, em 2017)

Região	Número de domicílios	Participação no total de domicílios
Brasil	34,1	49,2%
Norte	4,7	92,6%
Nordeste	13,6	74,6%
Sul	6,2	58,4%
Centro-Oeste	2,6	49,2%
Sudeste	7,1	23,3%



Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), IBGE

MELHORA NO SISTEMA DE ÁGUA TRATADA

(Total de domicílios no Brasil sem acesso à rede de abastecimento de água, em milhões)

Variáveis	2008	2017
Domicílios	21,8	9,6
Participação no total	22,1%	13,9%



Fonte: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), IBGE

Fotos: Alex Malheiros



► **Célio Eustáquio de Moura:** “Acredito que as empresas públicas podem ser beneficiadas (nas licitações futuras) pela qualidade de seus ativos e por sua expertise”



► **Percy Soares Neto:** “Temos que fazer uma discussão cuidadosa sobre como fazer a transição para o novo regime de livre concorrência sem que isso signifique deixar o cidadão sem atendimento”

Polêmicas e discussões ainda não apaziguadas

Entre os trechos vetados pela Presidência da República, ainda sujeitos a revisão pelo Congresso, Célio Eustáquio de Moura, do Coinfra/Fieg, destaca os vetos ao artigo 16, que permitia a prorrogação por mais 30 anos, a partir de 2022, dos chamados “contratos de programa” (em geral firmados entre entes públicos e empresas estaduais de saneamento), e ao dispositivo que abria espaço para a retomada pelo setor público dos serviços de água e esgoto após a venda do controle de empresas estaduais do setor, mediante pagamento de indenização sobre investimentos ainda não amortizados.

O primeiro veto está no centro da principal polêmica entre o Congresso e o Palácio do Planalto. Mesmo porque, afirma Ricardo Soavinski, que acompanhou de perto todo o debate, o artigo 16 compunha toda uma estratégia montada para dar sustentação ao período de transição rumo a um sistema com maior participação privada, de forma a permitir adequação de todos os agentes. “Ninguém é contra a livre concorrência e a necessidade de

licitação para as concessões nesta área, mas a transição é necessária para evitar que o cidadão fique desassistido”, argumenta o presidente da Saneago.

Percy Soares Neto, da Abcon, considera que a discussão sobre os vetos não será “trivial”. Caso o artigo 16 volte ao seu formato original, complementa ele, seria necessário rever igualmente o veto à ampliação dos limites fixados para subdelegação e subconcessão dos serviços de água e esgoto, mantidos em 25% do valor total do contrato. A possibilidade de ampliar aquele limite, observa ainda, abriria um leque mais amplo de alternativas para as empresas públicas financiarem a expansão do serviço. “Temos que fazer uma discussão cuidadosa sobre como fazer a transição para o novo regime de livre concorrência sem que isso signifique deixar o cidadão sem atendimento”, reforça ainda.

Para Eustáquio, no entanto, a manutenção dos vetos deverá estimular investimentos e permitir o cumprimento das metas de universalização. Ele defende a realização de licitações e o fim do direito de preferência a empresas estatais na área de saneamento. “Acredito que as empre-

sas públicas podem ser beneficiadas (nas licitações futuras) pela qualidade de seus ativos e por sua expertise”, afirma.

Outro ponto que poderá gerar discussões está relacionado à exigência, criada pela nova lei, para que as concessionárias dos serviços de água e esgotamento básico comprovem, até março de 2022, capacidade técnica e financeira para alcançar a universalização até 2033 ou 2040, caso ocorram dificuldades relevantes. A prorrogação desse prazo, no entanto, será decidida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que assume o papel de regulação também no setor, conforme determina o novo marco. “É importante que as empresas vencedoras dos leilões de concessão sejam economicamente aptas e detenham expertise na área, o que será crucial para a evolução do saneamento”, pontua Eustáquio.

No final de julho, o governo federal anunciou o início da consulta pública para discutir as normas que vão regular a comprovação de capacidade técnica e financeira pelas concessionárias, prevendo-se a realização de pelo menos uma audiência pública. Caso essa comprovação não seja ►



► **Sistema Produtor Corumbá:** em construção desde 2008, na região de Luziânia, unidade deverá receber investimentos de R\$ 155,1 milhões

possível, as prefeituras deverão montar processos de licitação, publicar editais e realizar licitações para contratar os futuros concessionários, o que pode tomar pelo menos mais dois anos, reduzindo ainda mais o tempo para universalização dos serviços. Esse é um dos motivos para alguns setores considerarem pouco realista o prazo originalmente fixado pela legislação.

Da mesma forma, avalia Eustáquio, a ANA terá que receber reforços em sua estrutura e passar por uma capacitação para ter capacidade de regular o setor, mediar conflitos e aferir o cumprimento de metas, que envolvem também a qualidade dos serviços. Conforme Soares Neto, a definição da ANA como organismo regulador propiciará aproximação desejada entre o saneamento básico, a gestão de recursos hídricos e questões ambientais, promovendo o que ele classifica como “harmonização regulatória”, o que tende a ser facilitado pelo fato de a legislação do setor colocar o saneamento como prioritário em relação a todos os demais usos da água. Hoje, o Brasil registra 53 agências reguladoras na área de saneamento, cada uma com diretrizes

próprias, aponta Soares Neto. Isso faz com que o departamento jurídico de algumas concessionárias privadas seja maior do que a área de engenharia. No caso da Abcon, suas 15 empresas associadas lidam com 15 agências. “A harmonização vai tornar a regulação mais eficiente”, acredita ele.

Blocos podem sucumbir, sem ajuda federal

Ao abrir o mercado para o setor privado, o novo marco prevê a possibilidade de regionalização dos serviços de água e esgoto, com a constituição de blocos regionais, envolvendo diversos municípios. Este foi o caminho encontrado para enfrentar uma situação crucial para os planos de universalização, que seria incluir no processo municípios e regiões mais carentes, onde o serviço seria deficitário sob o ponto de vista financeiro e econômico.

“Teremos um ano para definir como se fará a regionalização, definir regras sobre como as regiões serão criadas e o que fazer com contratos em andamento e quem têm prazos diferenciados”, avalia Percy Soares

Neto, da Abcon. Será preciso estabelecer ainda como se fará a indenização das atuais concessionárias pelos ativos ainda não amortizados e por investimentos que não tiveram ainda tempo de maturação e retorno, outro ponto polêmico e que pode gerar a judicialização de todo o processo.

Uma das propostas que ficou pelo caminho, relembra Ricardo Soavinski, presidente da Saneago, vetada pelo governo, obrigava a União a aportar recursos e assistência técnica na organização dos blocos para a prestação regionalizada dos serviços de água e esgoto. Municípios muito pequenos e com piores indicadores não conseguem sequer elaborar planos de saneamento, aponta ele.

A ideia, que não chegou a prosperar, envolvia a criação de um fundo específico para prover os recursos necessários para facilitar a transição. Atualmente, o regime funciona sob um sistema de subsídios cruzados, no qual a cobrança de tarifas mais elevadas nas regiões mais ricas e desenvolvidas permite financiar a implantação das redes nas áreas mais carentes e sem capacidade econômica. A mudança



► **Ricardo Soavinski:** “Aprovou-se a lei, rompendo toda uma estratégia de atuação, apostando na desestruturação do que se tinha sem saber qual a viabilidade daquilo que se está colocando numa lei”

nesse regime, sustenta Soavinski, deveria contemplar alguma forma de suporte pela União, caso contrário “os blocos não terão viabilidade”.

Para isso, os blocos regionais terão que incluir necessariamente municípios mais rentáveis, sob uma ótica privada. “Será que prefeitos de cidades maiores estarão interessados em participar desses blocos? Prevejo muita dificuldade política, técnica e econômica. Estudos prévios mostraram que (sem complementação de recursos públicos) essa conta não fecha”, afirma Soavinski. Nesse ponto, o presidente da Saneago critica os debates açodados durante a votação da matéria no Congresso. “Em tese, a questão dos blocos parece resolver o problema. Mas durante todo esse período não foi apresentado um único estudo técnico. Aprovou-se a lei, rompendo toda uma estratégia de atuação, apostando na desestruturação do que se tinha sem saber qual a viabilidade daquilo que se está colocando numa lei”, dispara ele.

Com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Soares Neto contrapõe que 58% das operações das concessionárias privadas ocorrem em municípios com menos de 20,0 mil habitantes. “Nos nossos cálculos, uma redução de 20% nas despesas começa

a trazer viabilidade para a maior parte das regiões”. Ainda segundo ele, a legislação recentemente aprovada, entre outros desdobramentos, faculta aos governadores a venda do controle das empresas estaduais de saneamento, mas a privatização deveria ser uma das opções para prover a expansão do sistema, e não a única. “Será importante mantermos sobre mesa a possibilidade de subcontratação, subdelegação e a constituição de parcerias público-privadas (PPPs) para atrair recursos e financiar a regionalização”, pondera.

Na contramão, Brasil gera 80 milhões de toneladas de lixo

“As companhias estaduais de saneamento que queiram atuar no setor de resíduos serão bem-vindas. Vamos para a luta, para a concorrência livre. O marco regulatório é um norte para o setor e não será o fim das companhias estaduais”, declara o presidente da Abetre, Luiz Gonzaga Alves Pereira. Segundo ele, o veto presidencial ao artigo 20 da Lei 14.026 colocou o setor de gestão de resíduos novamente no jogo. “Esse artigo acabava com nosso setor ao permitir às companhias estaduais de saneamento firmar contratos de programa para gestão de resíduos e drenagem”, afirma ainda.

O dispositivo vetado criava limites para a concorrência e, na visão do setor, impedia que a indústria de resíduos fosse beneficiada pelo novo regime de concorrência firmado pela nova legislação. O governo decidiu vetar o artigo sob o argumento de “quebra de isonomia”, com impactos negativos sobre a “competição saudável entre os interessados na prestação desses serviços, além de tornar menos atraentes os investimentos”.

Gonzaga aponta que o Brasil segue na “contramão da realidade” ao gerar perto de 80 milhões de toneladas de resíduos por ano. O caminho e as demandas crescentes ►

SUBSÍDIOS EM QUASE 70% DOS MUNICÍPIOS

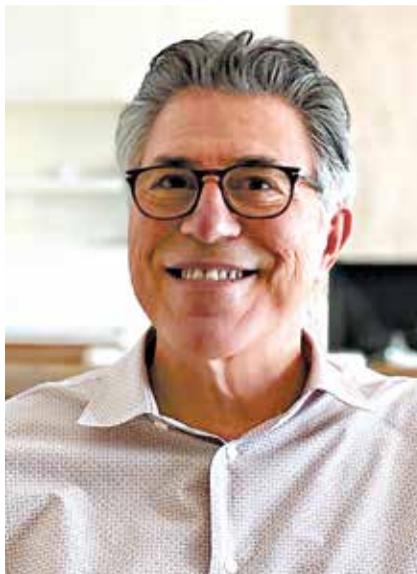
Segundo a mais recente edição da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados de 2017, em torno de 71% dos municípios onde há cobrança pelo serviço adotam a tarifa mínima no abastecimento de água. Naquele ano, consumidores de 3.783 municípios com abastecimento de água e de 1.387 cidades com esgotamento sanitário receberam subsídios na tarifa. Isso significa que os subsídios atenderam a, respectivamente, 72,6% e a 67,8%

dos municípios onde havia cobrança de tarifa ou taxa de água e esgoto.

Esse tipo de subsídio contempla, em geral, pessoas e famílias com menor capacidade de pagamento. No Nordeste, considerando o serviço de abastecimento de água, 79,2% dos municípios recebiam subsídios. Mesmo no Sul do País, a proporção de municípios com tarifa de esgoto subsidiada atingia 79,3%. Segundo o IBGE, em ambos os serviços “o tipo de subsídio mais comum, quase hegemônico, era o desconto na tarifa ou taxa cobrada”.

na área ambiental sugerem a adoção de políticas para estimular a redução na geração de resíduos, com incremento de reciclagem e estímulo à reutilização de efluentes. “Precisamos contar com a força do setor industrial na logística reversa”, acrescenta.

A lei criou também “ferramentas reais para acabar com os lixões no País”, continua Gonzaga. O artigo 54 do novo marco fixa prazos para a substituição dos lixões, que somam 3.257 em todo o território brasileiro, e para a destinação adequada de resíduos sólidos, o que é considerado positivo pelo presidente da Abetre. Em princípio, todos os municípios terão até o dia 31 de dezembro deste ano para apresentar planos para pôr fim aos lixões, assim como definir como pretendem financiar esses planos, provavelmente com a criação de tarifas sobre o serviço, sob pena de terem bloqueado o repasse de verbas federais complementares para o setor. Mas abre uma série de exceções que podem trazer mais confusão e dificultar o cumprimento das metas. Municípios com planos intermunicipais ou com planos de gestão integrada de resíduos, por exemplo,



► **Luiz Gonzaga Alves Pereira: O marco obriga que haja qualidade e induz à eficiência no serviço, o que pressupõe tarifas adequadas**

terão até 2024, uma década depois do prazo originalmente estabelecido pela Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em agosto de 2010.

Capitais e cidades das regiões metropolitanas deverão lidar com o problema até agosto de 2021. Os municípios com mais de 100 mil habitantes terão até agosto de

2022 e, em 2023, será a vez daqueles com 50 mil a 100 mil habitantes. Para as cidades menores, o prazo vence também em 2024.

Além dessa questão, Gonzaga argumenta que o segmento de resíduos será inteiramente novo para a ANA, o que exigirá a contratação de pessoal especializado nesta área, capacitando a agência para exercer a regulação com praticidade e segurança, promovendo ainda uma padronização dos contratos no setor. “O marco obriga que haja qualidade e induz à eficiência no serviço”, o que pressupõe tarifas adequadas, defende ele. O cenário complica-se diante do elevado passivo das prefeituras com a indústria de resíduos sólidos. “Essa dívida hoje chega a R\$ 18 bilhões num mercado que fatura R\$ 25 bilhões por ano atualmente. Essa conta já foi de R\$ 20 bilhões e chegou a R\$ 28 bilhões. É preciso que haja uma tarifa específica que permita reembolsar minimamente os serviços de gestão de resíduos – e aqui a cobrança por volume pode ser um avanço”, reforça ele. A cobrança já era prevista na PNRS, mas nunca foi colocada em prática.

SALTO DE 50% EM DOIS ANOS

A partir da entrada em vigor do novo marco e de sua regulamentação, prevista para os próximos 90 dias, o mercado de resíduos sólidos poderá experimentar crescimento em torno de 50% em dois anos, com impactos ambientais positivos ao promover redução nos volumes de lixo gerados nas cidades e aumento na reciclagem, aponta levantamento realizado pela consultoria EY (antiga Ernest & Young).

Dentro do novo marco, as prefeituras poderão delegar aqueles serviços, por meio de concessão, a empresas públicas ou privadas, que passarão a concorrer livremente em licitações. O modelo em vigor permite que os municípios exerçam diretamente a atividade ou deleguem o serviço por meio de contratos de programa. A proposta

é que municípios próximos formem consórcios para a contratação dos serviços de gestão em conjunto, como forma de diluir custos. Conforme a Abetre, a destinação irregular de resíduos pode ser solucionada com a construção de cerca de 500 aterros sanitários regionais, que atenderiam blocos de cidades, num investimento de R\$ 2,6 bilhões para as cidades que ainda não possuem aterros (pouco mais de R\$ 60 per capita).

Ainda conforme o estudo da EY, a cobrança de taxas ou tarifas sobre o lixo, seguindo o princípio “poluidor-pagador” recomendado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estimulou reduções de quase 50% na geração de resíduos nos Estados Unidos, levando a um aumento de 40% na reciclagem. Na Suécia, 98,7% do lixo são reciclados e metade

tem como destino a geração de energia. No Brasil, segundo dados do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU), menos de 4% do lixo são reciclados.

Os números mostram que apenas 41,3% dos municípios brasileiros conseguem arrecadar alguma coisa para suprir o manejo de resíduos sólidos, mas somente 24% deles conseguem cobrir todos os custos. Na capital paulista, enquanto o modelo de cobrança do lixo esteve em vigor, entre 2003 e 2005, a geração de resíduos ficou perto de 15% abaixo da média dos últimos 20 anos. Os modelos variam entre ‘cobrança fixa’, com valor calculado de acordo com a metragem do imóvel ou número de residentes e ‘cobrança por utilização’, em que o cálculo leva em conta a porção de resíduos produzida por cidadão. ■

O ouro de Mara Rosa

Projeto da Amarillo Gold deverá entrar em fase plena de exploração comercial por volta do final de 2022, num investimento próximo de R\$ 600 milhões

Quando estiver em funcionamento comercial pleno, por volta do início do quarto trimestre de 2022, a Amarillo Gold espera produzir anualmente, ao longo dos primeiros quatro anos de operação em Mara Rosa, no Norte goiano, em torno de 102,2 mil onças de ouro, aproximadamente 3,18 toneladas de metal. Até lá, a empresa terá investido R\$ 600,0 milhões apenas na implantação da mina, que vai operar a céu aberto, segundo o diretor geral da empresa no Brasil, Arão Portugal.

Com sede em Toronto, no Canadá, a mineradora mantém operações no Brasil desde 2004 e, atualmente, seu principal ativo no País é o projeto Mina de Posse, em Mara Rosa. “Esse projeto está em desenvolvimento há bastante tempo. Compramos os direitos minérios da Metago em 2004”, recorda-se Portugal. Antes disso, depois de descobertos na década de 1980 pela BHP, os mesmos ativos estiveram sob controle da Western Mining até meados dos anos 1990.

O projeto de exploração e o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo relatório (EIA/Rima) foram preparados e entregues em 2011. Mas o setor de mineração foi abalado por uma crise no ano seguinte, os investidores sumiram e, ao mesmo tempo, problemas técnicos, envolvendo o EIA/Rima, causaram a paralisação do projeto mais uma vez. A retomada ocorreu a partir de 2015. “Refizemos o EIA e, em 2016, realizamos uma audiência pública em Mara Rosa com mais de 650 participantes.

Em maio daquele ano, tivemos liberada a licença prévia”, relata Portugal.

A busca por investidores e funding haveria de esbarrar na crise política desatada pelo afastamento de uma presidente da República e posse de seu vice. “Mas voltamos firmes em 2018, protocolamos os pedidos de licença de instalação em dezembro de 2019, o que deverá ser liberado até setembro ou outubro deste ano, para iniciarmos a implantação de mina ainda em 2020, numa visão mais otimista, ou, de forma mais realista, até abril de 2021”, anima-se o executivo. Em maio deste ano, a empresa firmou protocolo de intenções com o governo do Estado e concluiu os trabalhos de engenharia básica e de viabilidade econômica em junho passado.

A Amarillo prepara-se agora para contratar o projeto de engenharia detalhada do projeto. Depois de

concedida a licença de instalação, a mineradora prevê concluir a instalação da mina em 18 meses, empregando, no pico das obras, perto de 3,5 mil trabalhadores de forma direta e indireta. A operação vai gerar 2,5 mil empregos diretos e indiretos, dos quais pelo menos 75% deverão ser contratados localmente. Apenas com a remuneração desses empregados, a empresa deverá movimentar mensalmente em torno de R\$ 4 milhões. Um primeiro estudo de viabilidade identificou vida útil de quase dez anos para a mina, o que deverá ser ampliado a partir das pesquisas exploratórias previstas para depois que a operação comercial for iniciada. Entre reservas provadas e prováveis, o estudo estima um total de 902 mil onças de ouro contido (perto de 28 toneladas), com teor médio de 1,18 gramas por tonelada de minério. A valorização recente do metal e a alta do dólar frente ao real deverão encurtar o prazo para retorno dos investimentos, que vão contemplar ainda a instalação de uma rede de transmissão de energia elétrica de 138 Kw, desde Porangatu até a mina, numa distância de 67 quilômetros e investimento estimado em US\$ 9,0 milhões (quase R\$ 47,0 milhões). ■



► **Arão Portugal:** “Voltamos firmes em 2018, protocolamos os pedidos de licença de instalação em dezembro de 2019, o que deverá ser liberado até setembro ou outubro deste ano, para iniciarmos a implantação de mina”



No Sesi, empreender se aprende desde cedo

Por meio de parceria, escolas do Sesi reforçam ensino voltado para o mundo do trabalho com adoção do Programa Sebrae de Educação Empreendedora Jepp

Dehovan Lima (com Agência Sebrae de Notícias)

Fotos: Alex Malheiros e acervos pessoais

Com disciplinas, nas diferentes séries, ligadas ao mundo do trabalho, a atualidades, projetos de vida e empreendedorismo, alunos do ensino fundamental e médio do Sesi em Goiás ganharam o reforço do Programa Sebrae de Educação Empreendedora JEPP (Jovens Empreendedores Primeiros Passos). A parceria, firmada em meio à pandemia



▶ **NA SALA DE AULA do Sesi Campinas, professor André Lopes Coelho, Sandro Mabel, Mariana Martins Mesquita e Paulo Vargas conversam com alunos participantes do JEPP**

do novo coronavírus, potencializa uma formação ligada ao desenvolvimento de competências para a vida, com um olhar no mercado de trabalho, oportunamente por meio do ensino a distância. Oficialmente, 1.250 alunos das unidades do Sesi em Anápolis, Goiânia (Setor Campinas), Crixás e Niquelândia, no Norte do Estado, participam do JEPP, mas o número se multiplica, pois a formação dos professores



▶ **Laryssa Gabriela** exhibe certificado do curso on-line Aprender a Empreender, do Sebrae

e o estímulo de competências ligadas ao empreendedorismo movimentaram todas as turmas, promovendo a disseminação de ideias para novas ações pedagógicas na escola.

O programa Sebrae de Educação Empreendedora é aprovado por professores das unidades do Sesi Goiás, como Fabiana Souza de Almeida e André Lopes Coelho, ambos da Unidade Sesi de Campinas, em Goiânia (GO), por incentivar alunos a buscar o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade.

A ideia é a de que a educação deve atuar como transformadora dos estudantes e incentivá-los à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores.

Destinado a fomentar a educação e a cultura empreendedora, o JEPP procura apresentar práticas de aprendizagem, considerando a autonomia do aluno para aprender, além de favorecer o desenvolvimento de atributos e atitudes necessários para a gestão da própria vida.



▶ **Fabiana Souza de Almeida e Jéssica Martins Piani Ribeiro, professoras do Sesi de Campinas: incentivar alunos a buscar o autoconhecimento, novas aprendizagens e espírito de coletividade**

De acordo com o professor André Lopes Coelho, o programa foi desafiador e encanta os educadores, alunos e seus familiares, que acabam participando das atividades.

3 perguntas para o professor André Lopes Coelho

Com 20 anos de sala de aula, licenciado em História e Pedagogia, André Lopes Coelho é técnico mecânico diesel e de motos, egresso das unidades do Sesi Goiás e especialista em culturas de matrizes africanas e estudioso do desenvolvimento humano e dos processos de produção.

1 - Quando começou seu trabalho em sala de aula com o programa JEPP?

A proposta do programa JEPP ocorreu em 2019 e me encantou ao pensar que poderia construir uma empresa real como os alunos do nível fundamental.

2 - Quais desafios você e os alunos venceram com a aplicação do programa à distância?

Sigo o lema de que começar cedo é sempre a melhor hora para começar. Como os trabalhos se iniciaram de forma remota fiquei muito apreensivo como atender 120 estudantes e criar uma ecopapelaria de forma não presencial. Porém, a surpresa veio quando tive encontros com mais de 90 alunos pelas plataformas Sesi de Educação. O engajamento foi de praticamente 100% dos estudantes de todas as turmas de 6º ano da unidade Sesi de Campinas, em Goiânia. Tenho alunos que seguiram a proposta ao pé da letra e têm em seus lares verdadeiros centros de reciclagem hoje em dia.

3 - Que avaliação você faz do programa JEPP?

No meu ponto de vista, a iniciativa é fantástica. Sou defensor e incentivador do programa JEPP. Já levei a proposta de



“Começar cedo é sempre a melhor hora para começar”

ANDRÉ LOPES COELHO, professor da Unidade Sesi de Campinas, em Goiânia



“Cada ação dessa é uma sementinha do empreendedorismo e da educação financeira plantada nos jovens”

MARIANA MARTINS MESQUITA, professora do ensino superior e gestora da Unidade Sesi Campinas, em Goiânia

forma autônoma para outras instituições com as quais mantenho contato e já vejo resultados nesses locais também. O material didático é maravilhoso e sua forma em PDF foi essencial para o desenvolvimento dos trabalhos nessa primeira fase. Agradeço a todos os envolvidos no projeto JEPP e a oportunidade de falar sobre essa iniciativa que está encantando pais, alunos e professores em nossa instituição de ensino.

7 perguntas para Mariana Martins Mesquita

Mesmo em situação de isolamento social, durante a pandemia do novo coronavírus, as escolas do Sesi em Anápolis, Goiânia (setor Campinas), Crixás e Niquelândia mantiveram os trabalhos do JEPP de forma bastante proativa. Ajustes como a readequação das aulas para videoaulas em suas plataformas de ensino e até mesmo a feirinha virtual, no caso do Sesi de Crixás, são algumas das conquistas elencadas pela equipe de educadores e coordenadores do Sesi Goiás.

Professora do ensino superior e gestora da Unidade Sesi Campinas, em Goiânia, Mariana Martins Mesquita, avalia o programa e a parceria com o Sebrae. Ela é graduada em Psicologia e Pedagogia, educadora sistêmica e especialista em Neuropsicologia, com vasta experiência em gestão educacional e formação de professores.

1 - Como conheceu o programa JEPP?

Conhecemos o JEPP por intermédio da Gerência de Educação do Sesi Goiás. Ficamos muito felizes com a adesão ao programa e, principalmente, pelo momento de formação com nossos professores.

2 - Desde quando o Sesi utiliza o JEPP em suas atividades pedagógicas?

Iniciamos a adesão em 2019 e fortalecemos as ações em 2020, quando conseguimos planejar as atividades do programa dentro de nosso projeto pedagógico anual.

3 - Quantos alunos do Sesi receberam a metodologia do JEPP?

No total, atendemos oficialmente 558 alunos. Contudo, todos os 1.250 alunos foram beneficiados. A formação dos professores e o estímulo de competências ligadas ao empreendedorismo movimentaram todas as turmas, no momento em que promovem a estimulação de ideias para novas ações pedagógicas na escola.

4 - Como os alunos receberam a atividade?

Como nossos estudantes, nas diferentes séries, possuem disciplinas ligadas ao mundo do trabalho, a atualidades, projetos de vida e empreendedorismo, portanto, eles já possuem uma formação ligada ao desenvolvimento de competências para a vida com um olhar no mercado de trabalho. Assim, os estudantes receberam bem a atividade.

5 - Quais são os destaques da aplicação do JEPP pelo Sesi Goiás?

Uma atividade que se destacou foi o trabalho no início do ano do Projeto Currículo Aluno. Após a atividade do JEPP, eles puderam colocar no currículo os cursos Aprender a Aprender e Como Unir Forças para Crescer, oferecidos pelo Sebrae. Essa ação valoriza a força da educação e a necessidade de complementação perpétua

dos estudos e da qualificação, visando à qualidade de vida e ao crescimento pessoal de forma colaborativa e social.

6 - Quais são os resultados?

Entendemos que os alunos desenvolveram habilidades e competências ligadas principalmente à autogestão e inovação. Principalmente neste ano, quando estamos enfrentando uma pandemia, eles estão vendo a necessidade de reinvenção, de tolerância à frustração e o valor da criatividade e inovação. A maior parte das ações educativas tem resultado a longo prazo. Cada ação dessa é uma sementinha do empreendedorismo e da educação financeira plantada nos jovens, despertando a consciência de que eles são agentes de mudança e de desenvolvimento nas suas próprias vidas, na sua escola, na cidade, Estado e País. A competência de “aprender a aprender”, no cenário mundial, será indispensável

frente ao desenvolvimento da Tecnologia da Informação e da Biotecnologia.

7 - Qual sua avaliação desta parceria Sebrae e Sesi por meio do JEPP?

O JEPP foi de grande valia para a escola, para os professores, estudantes e valorização da indústria. Todos foram capazes de desenvolver um conjunto de habilidades e comportamentos que são valiosos para a vida, para o mercado de trabalho, para a abertura de seus futuros negócios e para o aprimoramento em qualquer carreira que escolherem seguir. Se um estudante sonha em ser químico, por que não sonhar em ser o dono de uma indústria farmacêutica ou ser o criador de uma inovação? Desta forma, a parceria com o Sebrae foi mais um valioso estímulo à possibilidade de transformação da realidade por meio das ações dos jovens e seu olhar de atuação nas propostas de solução para o mundo. ■



TRANSFORMA A VIDA DOS TRABALHADORES E DAS EMPRESAS.

Benefícios e diferenciais da Ginástica Laboral do SESI:

- Atendimento customizado;
- Metodologia reconhecida;
- Favorece a empresa em causas trabalhistas;
- Melhora a qualidade de vida dos colaboradores;
- Ajuda na redução de afastamentos.



► Raiane de Jesus, Josué Florêncio Rocha e Thaís Souza, integrantes da “safra” de participantes do programa de Aprendizagem Industrial contratados pela SJC Bioenergia

Da aprendizagem ao sonho (realizado!) de trabalhar na indústria

SJC Bioenergia, indústria sucroalcooleira com unidades no Sudoeste e no Sul goiano, investe na qualificação de jovens no programa Aprendizagem Industrial do Senai. De 47 jovens formados nos cursos de assistente administrativo e mecânica de máquinas agrícolas, 31 foram contratados

Renata Dos Santos

A contratação pela usina de álcool SJC Bioenergia de 31 jovens participantes do programa de Aprendizagem Industrial, do Senai Goiás, evidencia o cenário de ascensão do setor produtivo goiano e de consolidação da parceria da indústria, instalada no Sul e no Sudoeste goiano, com a instituição do Sistema Fieg. Em plena pandemia da Covid-19, em vez de demissão e incertezas, a empresa,

joint venture entre a Cargill e o grupo São João, com duas unidades agroindustriais – uma em Cachoeira Dourada (Usina Rio Dourado) e outra em Quirinópolis (Usina São Francisco) – promove seleção em massa de jovens talentos da turma que concluiu a aprendizagem em junho de 2020, concretizando o primeiro emprego deles.

O grupo, de 47 jovens, cursou o

programa de Aprendizagem Industrial durante um ano e, agora, mais de 65% deles integram o corpo de quase 4 mil funcionários da SJC, empresa fundada em 2011 que processou na última safra 9,7 milhões de toneladas de cana equivalente, que inclui milho, produzindo açúcar VHP, etanol, eletricidade, fibras, proteína e óleo vegetal.

Em oficina, mulher entra, sim!

Na unidade de Quirinópolis, no Sudoeste, uma vaga de lubrificadora foi conquistada por Raiane de Jesus Melo Oliveira, de 19 anos, que cresceu na área rural, onde, segundo ela, gostava de contemplar o maquinário agrícola. “Sempre morei em fazenda e fui muito curiosa. Agora, além de olhar, trabalho junto de tratores e colheitadeiras”, afirma.

Casada há um ano, apesar da pouca idade, Raiane conta que “ampliou seus planos”, após a aprovação para o programa de aprendizagem, no ano passado. Sua rotina começava pela manhã, com aulas no curso de mecânica na Unidade Integrada Sesi e Senai Quirinópolis. De lá, no ônibus fornecido pela SJC Bioenergia, ela e os colegas seguiam para o almoço no refeitório da empresa e, depois, para a rotina de trabalho supervisionado até o fim da tarde.

“Ao ser contratada, mostrei que é possível superar preconceitos como o de que mulher não pode exercer função em oficina tão bem como homem”, observa. Feliz por ser efetivada na manutenção, ela ainda está focada em trabalhar com parte mecânica num futuro próximo, mas para isso pretende estudar mais e investir em novos cursos. Raiane considera que, no período como aprendiz, aprendeu a buscar por conhecimento e se esforçar. “Para isso, foi primordial o suporte do meu chefe supervisor, que sempre tirava minhas dúvidas. Com seu apoio e incentivo, o aprendiz adquire maior desenvoltura. Eu perdi a timidez, o que contribuiu para meu desenvolvimento pessoal e, acredito, até para eu ser contratada”, avalia.

Depois de ser aprendiz por um ano, Thaís Souza Freitas, de 21 anos, foi efetivada no cargo de auxiliar administrativo. Natural da região, ela revela que trabalhar na área industrial da usina e cursar engenharia química eram sonhos antigos e ambos ela conseguiu realizar com o ingresso na SJC Bioenergia. Durante o programa de



► **Raiane de Jesus, lubrificadora:** na linha de frente, mostrando que o lugar de mulher é onde ela quer estar



► **Thaís Souza, auxiliar administrativa:** um sonho concretizado, outro modificado durante o estágio



► **Josué Florêncio:** potencial empregado em diferentes campos

aprendizagem, na área de suprimentos e contratos, percebeu que a administração também se encaixa em seu perfil. Cursando

faculdade de engenharia química, com seu salário paga os estudos e gastos pessoais. “Da primeira vez que tentei entrar como jovem aprendiz na SJC não consegui aprovação, o que somente ocorreu a segunda tentativa. Acho que não devemos desistir. Temos de nos empenhar em nossas metas e na quebra de barreiras. Como mulher, ouvi alguns clichês como o de que nunca conseguiria ser efetivada ou ter um cargo de liderança. Estou na luta”, conta a jovem, que reside com os pais.

De aulas de marketing a ação em redes sociais

Também contratado na área administrativa, Josué Florêncio Rocha, hoje com 21 anos, aos 16 trocou Trindade por Quirinópolis, em busca de inserção no mercado de trabalho usineiro e da oportunidade de construir uma carreira. “De início, eu morava na casa do meu irmão com sua família, mas depois passei a morar sozinho, sempre com trabalhos mais esporádicos. Agarrei essa oportunidade de estágio como jovem aprendiz com renda fixa após uns quatro meses desempregado. Mais que o ►

salário, neste programa percebemos que logo de início lucramos com aumento da nossa autoestima, que já melhora durante a seleção do estágio, que tem etapas rigorosas com provas e entrevistas.

Durante o processo de qualificação, Josué Florêncio Rocha pontua que as aulas na unidade do Sesi e Senai Quirinópolis dividiram-se em presenciais e, por conta da pandemia, também na forma remota. Com o conhecimento adquirido nos cursos e na parte prática, no trabalho supervisionado na área de comunicação da SJC, conseguiu a tão almejada inserção no mercado. “Tivemos aulas de marketing e de comunicação empresarial, que foram essenciais, junto do acompanhamento psicológico e pedagógico com mentorias, feedbacks, etc. Hoje, emprego muito desse conteúdo no dia a dia profissional, em rotinas como auxílio nas redes sociais do grupo. Descobri que posso empregar meu potencial em diferentes campos”, afirma.

Atender exigências do mercado, um diferencial

Rubian Zillmer, coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas da SJC, lembra que os jovens foram contratados em julho, um dia após o término do contrato deles como jovem aprendiz. “Estamos empenhados para atender nossa demanda de modo certo, qualificando com base em oportunidades disponíveis para contratação. Conferimos como os jovens qualificados pelo programa têm um diferencial, pois são moldados com habilidades e competências que o mercado exige”, diz. Além da qualificação técnica, segundo Rubian, os cursos ofertados pelo Senai Goiás proporcionam assimilação de valores essenciais no meio empresarial.

Sobre a contratação de jovens este ano, ela explica que isso foi possível porque a SJC manteve sua estratégia na formação de pessoas, tampouco desacelerou seu crescimento. O caminho adotado foi in-



“ Jovens qualificados pelo programa têm um diferencial, pois são moldados com habilidades que o mercado exige. ”

RUBIAN ZILLMER, coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas da SJC

vestir, desde o início da crise sanitária, na aplicação de protocolos de combate ao novo coronavírus dentro da empresa e em medidas de proteção e cuidado dos funcionários, como trabalho remoto e suspensão temporária de contratos, como dos jovens, que puderam ficar em casa, sem perder a remuneração mensal.

Qualificação reúne teoria e prática

Analista de Relações com Mercado do Sesi Senai Quirinópolis, Renata Capanema lembra que a parceria com a SJC se iniciou em 2010, ano anterior à fundação da empresa, e já acumula mais de 6 mil matrículas efetivadas. A lista traz cursos de qualificação e aperfeiçoamento, treinamentos, palestras, aulão motivacional e, no caso do Sesi, a ginástica na empresa. Para a gestora, o programa Jovem Aprendiz atrai pela oportunidade de qualificação que agrega teoria e prática, numa formação que ocorre de modo totalmente supervisionado. Para ela, se antes apenas em torno de 6 a 10 estagiários eram contratados, agora o programa mostra sua força com 31 jovens efetivados.



Eles são formados para suprir necessidades da indústria e essa qualificação é um dos caminhos para o desenvolvimento e sobrevivência das empresas. “Essa 3ª turma, de 2019, reúne jovens que se formaram nos cursos de assistente administrativo, de mecânica e de máquinas agrícolas”, explica. “Antes mesmo da retomada efetiva ao trabalho, eles já foram contratados. Acho que as empresas percebem cada vez mais a vantagem de incorporar os alunos do programa de aprendizagem em seus quadros, pois eles chegam prontos depois de uma qualificação pensada para atender a demandas diversas”, observa.

Coordenadora pedagógica do Sesi Senai Quirinópolis, Auristela Barbosa Ri-



► **Usina São Francisco, em Quirinópolis:** Unidades goianas da SJC Bionergia industrializam por safra 9 milhões de cana-de-açúcar



► **Renata Capanema, analista de Relações com Mercado do Sesi Senai Quirinópolis:** qualificação pensada para atender a demandas diversas das empresas

beiro acompanhou de perto a evolução dos alunos em seus processos de qualificação. Ela avalia que, ao aderir ao programa Aprendizagem Industrial, a empresa vai além do cumprimento da função social de oferecer trabalho e renda mensal a jovens de 14 a 24 anos. “Trata-se de um trabalho mesmo, com tarefas a serem cumpridas com acompanhamento. Mais que um contrato de trabalho especial por tempo determinado, a atividade laboral do jovem aprendiz incentiva aprendizados dentro da empresa também, pois o supervisor se atualiza para ensinar o estagiário, que está em busca de aprimoramento contínuo.”

Com a missão de orientar como deve ser executado o programa e delegadas as

tarefas para os aprendizes, Auristela ressalta que mais que cumprir a legislação – a qual determina que pequenas e médias tenham como funcionários aprendizes um percentual de 5% a 15% de seus colaboradores –, o programa Jovem Aprendiz traz ganhos para todos os envolvidos. “Um dos módulos importantes do processo de capacitação que propaga valores carregados por jovens vida afora é o de Educação para o Trabalho, em que são motivados, com aulas teóricas em nossa unidade do Sesi Senai de Quirinópolis, que têm como complemento o trabalho supervisionado dentro da empresa.”

O processo seletivo que escolhe os jovens é feito pela empresa, em duas eta-

pas. Na primeira, enfrentam provas de português e matemática e, na segunda, passam por uma entrevista. “Na turma de 2019, uma novidade foi a realização de entrevistas com um maior número de pessoas, alunos até com média abaixo da nota mínima, mas que tinham maior chance por considerar saberes acumulados e características como perfil para a função ofertada”, conta. Ela informa que o próximo processo seletivo de Jovem Aprendiz deve inovar, pois será totalmente on-line, desde a identificação da aptidão do candidato para o curso desejado, quando é verificado se o candidato se identifica mais com função administrativa ou técnica. ■



IEL Goiás dribla pandemia com soluções inovadoras

No ano de seu cinquentenário, instituto se vale da expertise para não parar e usa a tecnologia para atender e reerguer clientes

Sérgio Lessa

Fotos: Alex Malheiros

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) começou 2020 com a maturidade de um cinquentão e a versatilidade inovadora de um adolescente. O aniversário, dia 10 de março, foi comemorado em meio à pandemia do coronavírus, que não conseguiu interromper ou sequer desacelerar o atendimento às indústrias. “Ao contrário, rapidamente, o IEL expandiu e adaptou seus produtos e serviços ao novo normal”, afirma o superintendente, Humberto Oliveira.

Desde meados de março, quando governo de Goiás editou o primeiro decreto de isolamento social, muitas empresas tiveram que se reinventar para não fechar as portas. Sempre na vanguarda da inovação, o IEL Goiás implementou diferentes ações anticrise.

O instituto colocou quase todos seus colaboradores em home office, tomou todas as medidas sanitárias e administrativas necessárias, além de reestruturar produtos e serviços, com um trabalho árduo de sua



▶ Humberto Oliveira, superintendente do IEL Goiás, ao lado do busto de Euvaldo Lodi, pioneiro da indústria que dá nome ao instituto: produtos e serviços adaptados ao novo normal

equipe de mercado e marketing driblando as consequências da pandemia no mercado de trabalho e nas empresas.

Os cursos da Escola de Normas Técnicas passaram a ser ministrados por videoconferência, com participação ativa

dos alunos, dos quais vários puderam conquistar vagas de emprego capacitando-se durante a pandemia.

“Estou encantada com a estrutura e o apoio oferecidos pelo IEL. Como servidora que fez parte da contratação do curso e que



▶ **Tarciana Nascimento, Leandra Chapadeiro (coordenadora da área de Educação), Daniel Bueno, Larissa Camargo (secretária executiva) e Humberto Oliveira:** equipe do IEL Goiás realiza reuniões on-line com clientes de todo o Brasil

está participando do mesmo, parabens o IEL, avalia Aline Santana, analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/GO) e aluna do curso de Interpretação da NBR ISO 9001.

A especialização em Liderança para Transformação Digital e Indústria 4.0 continua a todo vapor, com aulas migrando para EaD, chegando ao sexto módulo desde seu início, em maio de 2019.

O IEL também lançou o Pós Unique, um programa de estágio de pós-graduação com uma plataforma exclusiva, em que o estagiário se especializa de acordo com as necessidades da empresa com uma gama de módulos para formatar a melhor trilha em sua pós. Em julho, o IEL Goiás esteve na edição mundial on-line da Campus Party, com apresentação de painel e colaboração com dados sobre a indústria goiana como

parte da participação das instituições do Sistema Fieg no evento.

Neste período, os trabalhos de consultoria continuaram a ser feitos por meio de videoconferência, sempre levando a transformação digital a seus clientes. O instituto se valeu de sua expertise para desenvolver e implementar uma nova sistemática para realização de auditorias internas em sistemas de gestão. Assim, o auditor avalia remotamente as políticas, os processos e o desempenho do sistema, via compartilhamento da informação documentada e por meio de entrevistas junto aos líderes dos processos da empresa, em tempo real.

Neste mês em que se comemora o Dia do Estagiário (18 de agosto), o IEL reforçou a importância para as empresas e órgãos públicos da contratação de profissionais



▶ **Aline Santana, analista do TRE/GO e aluna do curso de Interpretação da NBR ISO 9001:** "Encantada com estrutura e apoio do IEL" Aline Santana, analista do TRE/GO e aluna do curso de Interpretação da NBR ISO 9001: "Encantada com estrutura e apoio do IEL"

em início de carreira. A área está totalmente em home office e proporcionou atendimento ainda mais ágil e de fácil acesso com os novos módulos para empresa, alunos e instituições de ensino disponibilizados no Sistema Nacional de Estágio (SNE), criado pelo IEL Goiás em 2007.

Plano de reação à pandemia

A pedido do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, o Departamento de Tecnologia da Informação e Inovação do IEL Goiás desenvolveu uma plataforma on-line para balizar e retomada das atividades econômicas, que está rodando em Aparecida de Goiânia, Luziânia, Águas Lindas, Porangatu, Campos Verdes, Planaltina, Mara Rosa, além das federações das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Ceará (Fiec), que implantarão a ferramenta em várias cidades daqueles Estados.

Além de uma série de webinários para apoiar empresas e profissionais no atual momento, foi realizado, em maio, o 1º Encontro Estratégico On-line, destinado a discutir estratégias sobre ações e medidas para o atual momento de crise e seus impactos na economia e no mercado por causa da pandemia da Covid-19.

Gratuitamente, por meio de videoconferência, 88 participantes acompanharam explicações de especialistas em gestão de crise. Os empresários tiveram oportunidade de receber um diagnóstico individual, também gratuito, que resultou no mapeamento de problemas, causas e soluções propostas para sair da situação de crise.

O projeto chegou à sua 3ª fase deste primeiro lote, na qual o IEL oferece uma mentoria especializada e multidisciplinar para que o Plano de Reação entregue seja colocado em prática. O objetivo é que, ao final do processo, a empresa tenha eliminado custos, reduzido riscos e melhorado o potencial competitivo.



► **Coordenador de Mercado Privado, Daniel Bueno** contata clientes e promove webinários por meio de videoconferência

NÚMEROS DO IEL GOIÁS NO ANO DA PANDEMIA

- ▶ **12,5 mil** vagas de estágio abertas (interior e capital)
- ▶ **1,7 mil** horas de consultorias e auditorias
- ▶ **15** cursos abertos e in company
- ▶ **255** alunos capacitados na Escola de Normas Técnicas
- ▶ Mais de **800** vagas de estágio fechadas com órgãos públicos e **150** com empresas privadas, apenas no interior durante a pandemia.
- ▶ Cerca de **5 mil** vagas de estágio abertas em órgãos públicos do interior em 2019





▶ Por meio remoto, Tarciana Nascimento, gerente de Desenvolvimento Profissional do IEL Goiás, fala sobre estágio no quadro Indústria e Você, da TV Serra Dourada

Prêmio IEL de Estágio inova com edição virtual

No ano de seu cinquentenário, o IEL Goiás mostra sua versatilidade no momento de promover seu maior evento: o Prêmio IEL de Estágio. A 16ª edição estadual será realizada daqui a dois meses e, pela primeira vez, virtualmente, a exemplo de diversos outros eventos, por causa da pandemia da Covid-19 e a impossibilidade de aglomeração de pessoas. A apresentação e exibição serão feitas nos moldes das lives que vêm sendo realizadas por meio das redes sociais.

Com expertise em inovação, o IEL Goiás se movimentou rapidamente e desenvolveu um hot site sobre o Prêmio IEL de Estágio, o qual será utilizado por todas as unidades do instituto pelo Brasil.

Os alunos e as empresas poderão baixar o regulamento e fazer upload da documentação solicitada, podendo fazer tudo com maior agilidade. O IEL de cada Estado poderá colocar o histórico dos prêmios regionais, com vídeos, fotos, depoimentos, regulamento, seus contatos e suas redes sociais. Os vencedores da etapa estadual terão seus projetos classificados para a etapa nacional, que ainda terá a data de realização definida.

“Assim como a criação do Sistema Nacional de Estágio (SNE) e outras iniciativas, o IEL Goiás busca sempre estar na vanguarda, criando produtos e serviços para transformar profissionais e organizações por meio da inovação e da transformação digital”, ressalta a gerente de Desenvolvimento Profissional do IEL Goiás, Tarciana Nascimento. ■

“O IEL Goiás faz um trabalho extraordinário, destacando-se nacionalmente com várias ações que se tornam referências para outros regionais. Um time de craques, bem conduzido por um ‘técnico’ competente, o superintendente Humberto Oliveira.”

SANDRO MABEL, presidente da Fieg



Sesi Goiânia: novas instalações em sede histórica

Prédio histórico de Goiânia, com características do estilo art déco, passa por revitalização para abrigar melhor o Sesi Goiânia e a central de reservas do complexo turístico de Aruanã

Dehovan Lima

Fotos: Alex Malheiros e Sílvio Simões

Um dos marcos históricos da presença do Sistema Fieg no Estado, construído na década de 60, o Palácio da Indústria, também denominado Edifício José Aquino Porto, em homenagem ao pioneiro da industrialização goiana (presidente da federação entre 1980 e 2010), passou por nova e ampla revitalização, incluindo parte de refrigeração, elétrica e hidráulica. Todo o edifício foi adaptado para tornar-se acessível a pessoas com deficiência (PCDs).

Situado no coração da capital, no cruzamento das avenidas Anhanguera e Tocantins, no Centro, o prédio de cinco andares sedia o Sesi Goiânia, com atendimento odontológico e outros serviços em saúde e segurança do trabalho, a central de reservas do Sesi Aruanã – complexo



▶ A MESMA ESCADA, PRESENTE E PASSADO: Diretores da Fieg, liderados pelo presidente Sandro Mabel, Paulo Vargas (Sesi e Senai) e Cirlene Marques (CCMA), visitam instalações revitalizadas do prédio



► **Edifício Aquino Porto, o Palácio da Indústria:** revitalizada, a mais longa sede da Fieg hoje abriga Sesi Goiânia e a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem



► **Sede pioneira da Fieg:** Palácio da Indústria, na Avenida Tocantins, construído no início da década de 1960

► **NA HISTÓRIA:** Gilson Alves (paletó claro) e Aquino Porto recebem Mauro Borges, Pedro Ludovico (encoberto) e outros pioneiros e autoridades para conhecer a obra



turístico às margens do Rio Araguaia –, a nova Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA) e a Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (Funtec).

“O Palácio da Indústria é uma obra física histórica, um símbolo da presença do Sistema Indústria em Goiás, e que hoje abriga serviços de grande importância, sobretudo para os trabalhadores da indústria. Construído na década de 60, o prédio ganhou o nome de outro grande marco nosso, numa merecida homenagem ao pioneiro da industrialização goiana, o saudoso José Aquino Porto”, disse o presidente da federação, Sandro Mabel, durante vistoria às obras, dia 20 de julho, ao lado do superintendente do Sesi e diretor regional do Senai, Paulo Vargas, dos diretores da Fieg André Rocha, Emílio ►

Bittar, Célio Eustáquio, Elvis Roberson Pinto e Luiz Gonzaga de Almeida, além dos conselheiros do Sesi Jaime Canedo e Mário Renato Azeredo.



▶ **Roberto Cruz, gerente do Sesi Goiânia:** foco no atendimento a empresas e trabalhadores

A reforma resgata e reforça elementos característicos do estilo arquitetônico art déco, marca histórica das construções do Centro da capital, acervo que é hoje considerado referência nacional. O projeto incluiu completa 'limpeza' da fachada do prédio, o que contempla a chamada Lei Cara Limpa, iniciativa da Prefeitura de Goiânia, destinada a regulamentar o uso das fachadas comerciais no Centro e em Campinas.

O prédio forma um conjunto de edificações com o mesmo conceito, que remonta aos tempos áureos da jovem capital, fundada em 1933, incluindo o Teatro Goiânia, à sua frente. Segunda e mais longa sede da Fieg, o Palácio da Indústria foi, durante quatro décadas, palco de eventos econômicos, sociais e políticos de grande importância até o início dos anos 2000, quando, em seu lugar, entrou em cena a Casa da Indústria, no Setor Vila Nova, concentrando as administrações integradas das instituições que formam hoje o Sistema Indústria em Goiás.

Atendimento abrange SST e odontologia

Com atuação nas áreas de saúde e segurança do trabalho (SST) e odontologia, o Sesi Goiânia é uma das principais unidades da instituição da indústria em Goiás, com atendimento a indústrias, seus colaboradores e familiares. Em localização estratégica, entre importantes eixos de transporte coletivo, o que facilita sobretudo o acesso de trabalhadores, ali são oferecidos diversos serviços, a exemplo de elaboração de programas legais, como PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), PCMSO (Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional) e LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho), além de testes rápidos de Covid-19.

O atendimento em medicina ocupacional, feito na unidade e in company, inclui serviços médicos ocupacionais, ações de enfermagem, exames complementares e avaliações psicossociais. Há ainda campanha de vacinação anual



▶ **Odontologia, um dos serviços oferecidos pelo Sesi Goiânia aos trabalhadores da indústria e familiares**

antigripe, eventos educativos em saúde, cursos e treinamentos sobre NRs (Normas Regulamentadoras).

Na área de odontologia, o Sesi Goiânia presta serviços em todas as especializações em oito modernos e completos consultórios na unidade, além de atendimento in company, por meio de unidades móveis.

Em números do ano passado, a unidade atendeu perto de 2 mil empresas, a grande maioria (70%) indústrias de pequeno e médio porte, totalizando quase 70 mil trabalhadores e seus familiares, segundo o gerente, Roberto S. da Silva Cruz. ■

► **Medicina ocupacional** também integra o portfólio de serviços da unidade do Sesi



SERVIÇO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO É COM O SESI

UM ÚNICO LUGAR COM TODAS AS SOLUÇÕES

SERVIÇOS

- PPRA
- PGR
- PCMAT
- PCMSO
- AET - Análise Ergonômica do Trabalho
- Exames e Consultas Ocupacionais
- Laudos de Insalubridade
- Laudos de Periculosidade
- Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)

www.sesigo.org.br
4002 6213

UM NOVO OLHAR NA HORA DE FAZER SUAS COMPRAS

Dona Raiz, marca da GSA Alimentos, traz um novo conceito de relacionamento com seus parceiros, com a campanha Seu Melhor para o Mundo

O mundo passa por uma infinidade de transformações e de maneira acelerada. O consumo de produtos e serviços nunca mais será o mesmo. A pandemia trouxe, definitivamente, um sentimento forte para as relações de consumo: a empatia. As pessoas, mais do que nunca, querem comprar de empresas cidadãs, que praticam o bem e ajudam a melhorar a qualidade de vida da comunidade onde está inserida.

Nesse cenário, a Dona Raiz, marca da GSA Alimentos, traz um novo conceito de relacionamento com seus parceiros: a campanha Seu Melhor para o Mundo. São desenvolvidas ações voltadas para despertar nas pessoas sentimentos bons, empatia e renovação de que há esperança e que dias melhores virão.

NOVAS CONEXÕES, COM MAIS QUALIDADE

O consumidor é o principal foco para as ações. Ele é convidado a ter um novo olhar sobre a vida, focando em relacionamentos de qualidade, doação e otimismo. Tudo isso por meio da divulgação, nos pontos de venda, redes sociais e ações variadas, de mensagens positivas e otimistas.

A preocupação é divulgar o melhor não só em relação a nutrir o corpo, mas também estimular as pessoas a cuidarem das suas emoções e relações interpessoais. Seu Melhor para o Mundo é uma ação concreta que pretende promover a reflexão e ajudar as pessoas a criarem

novas e melhores conexões com a família e amigos. Em cada área dos supermercados parceiros, uma ação é desenvolvida.

Em parceria, com o Bretas Armazém, Empório Prime e Supermercado Leve – alguns dos supermercados que fazem a venda dos produtos da marca Dona Raiz – são disponibilizados totens personalizados com a oferta de álcool em gel para a higienização das mãos.

O conjunto de estratégias inclui as ações “Por enquanto, mantenha a distância!”, “Mensageira do bem”; e “Nutrir as raízes do próximo”, de incentivo a doações.

MAIS SOBRE A MARCA DONA RAIZ:

Dona Raiz é uma marca da GSA Alimentos, localizada em Aparecida de Goiânia. A GSA é especializada na fabricação de macarrão instantâneo, refrescos em pó, mistura para sopão, pipoca para micro-ondas, misturas para bolo e salgadinhos. Em 2018, a empresa entrou no ramo de snacks, com a produção dos salgadinhos Sanditos.

Fundada em 1984, a GSA é administrada por Sandro Marques Scodro. Nesse período, a empresa cresceu e adquiriu novas marcas e produtos. A GSA é responsável pelos produtos das marcas Refreshant, Sandella, Velly, Produtos Paulista, Icebel, Yolle, Sanditos, SanChips e Dona Raiz. O Grupo GSA conta com duas distribuidoras – a Vetor e o CV Goiás Distribuição. ■



► **Murilo Spada, gestor da Dona Raiz:** na campanha Seu Melhor para o Mundo, são desenvolvidas ações voltadas para despertar nas pessoas sentimentos bons, empatia e renovação de que há esperança e que dias melhores virão

Tatiana Reis



► **Sandro Marques Scodro, que administra a GSA Alimentos – da qual a marca Dona Raiz faz parte –**, em visita ao pai e presidente da Fieg, **Sandro Mabel**, na Casa da Indústria

Veja mais no site





▶ **Leandro Teles e Lemes e Dyogo Amorim Santos, sócios da Ecopetro: retorno do investimento em dois anos**

A energia elétrica que vem do lixo

Em projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Senai de Tecnologia em Automação Industrial, a Ecopetro transforma resíduos de diversas fontes em matéria-prima e energia elétrica

Renata Dos Santos
Fotos: Alex Malheiros

Lixo de origem agro-industrial-comercial, que poderia ter descarte irregular em aterros e trazer malefícios à saúde dos cidadãos, é coletado, tratado, transformado em matéria-prima e, agora, torna-se também energia elétrica. A experiência inovadora coloca a Ecopetro, indústria

genuinamente goiana de aproveitamento de resíduos situada no polo industrial de Aparecida de Goiânia, na vanguarda da tecnologia ambiental, cujo salto da cogeração de energia torna-se realidade como fruto de parceria de sucesso com o Senai Goiás.

Fundada em 2012, a empresa especializada em coleta, transformação e destinação apropriada de resíduos contaminados, investiu numa tecnologia que vai custear a energia que move as suas atividades rotineiras e, se preciso, ainda poderá fornecer energia excedente para a vizinhança. Para a consolidação dessa inovação recente, Fernanda Godoy, gerente do Instituto Senai de Tecnologia em Automação Industrial, em Goiânia, explica que a empresa foi selecionada, há dois anos, no Edital de Inovação para a Indústria, do Sesi e Senai, com o ▶

Paulo Roberto Mota:
tecnologia desenvolvida
em parceria com o Senai
vai revolucionar o mercado



projeto Ecopetro – Cogeração de Energia a Partir do Tratamento Térmico de Resíduos Industriais.

Junto com a Ecopetro, o Senai desenvolveu tecnologia presente desde a coleta de resíduos insalubres, como descartes sólidos e líquidos de postos de gasolina (água e óleo contaminado, filtros de ar, embalagens) até a destinação final desse material. “Implementamos um sistema de monitoramento das emissões de gases na atmosfera e a geração de energia a partir da queima dos resíduos na indústria, com reaproveitamento em todas as etapas dos processos. Conseguimos soluções que aliam qualidade e eficiência”, acrescenta Fernanda.

Visionários – Montada numa área de 7 mil metros quadrados, a Ecopetro investiu o valor de R\$ 400 mil do edital para modernizar seu sistema de caldeiramento e de transformação dos resíduos. “Com o financiamento do edital, começamos o projeto em 2017 e investimos mais recursos, o que totalizou um montante de cerca de R\$ 1 milhão”, conta Leandro Teles e Lemes, 35, engenheiro ambiental e tecnólogo em sane-

amento ambiental e um dos três sócios da Ecopetro. Ele comemora a nova tecnologia que gera energia a partir do vapor que sai da caldeira e movimenta a turbina.

Com isso, nem todos os resíduos passam e não precisam mais ter como destino final a cimenteira, que antes era a fonte principal de geração de calor. Ele calcula que, em cerca de dois anos, os investimentos serão recuperados, já que a empresa não vai precisar mais pagar pela energia elétrica consumida, pois produzirá sua própria fonte.

Dyogo Amorim, 33, tecnólogo em saneamento ambiental e também sócio, explica que na Ecopetro cada tipo de resíduo tem destinação e tratamento próprios. “Outra diferença é que, agora, tudo será feito na indústria e não vamos depender muito mais dos terceirizados que faziam uma seleção prévia dos materiais que aproveitaríamos”, diz. Mostra disso, no novo maquinário da indústria, chama atenção um equipamento que recebe lâmpadas quebradas e, numa esteira, libera os componentes de metal e vidro totalmente separados.

Numa logística marcada por higie-



nização e biossegurança, os resíduos que chegam nos caminhões coletores da empresa, como óleo misturado com água e impurezas, vão para tanques de tratamento físico-químico. De lá, somente depois de tratados, eles são dispostos de maneira adequada em solução individual instalada na empresa. Na cimenteira, papel, tecidos e restos de papelão com graxa e óleo sofrem queima e formam um composto, que se torna matéria-prima de produtos como cimento, calcário e outros insumos.

Saúde – A Ecopetro surgiu, inicialmente, como solução para tratamento de dejetos líquidos e, depois, expandiu-se para atender outra demanda de sua própria clientela. “Todos queriam também dar uma destinação final para os resíduos sólidos, atividade que pode ser perigosa se não exercida por pessoal com tecnologia e formação apropriada. Ninguém sobrevive no mercado sem seguir



► **Equipe do IST em Automação Industrial, coordenada pela gerente Fernanda Godoy (à frente):** Fillipe Albuquerque, Igoor Morro, Caio Barbosa, Júlio Mota, Tainá Thomá, Rafael Nogueira, André Ribeiro e Daniel Silva

as normas, essenciais para obter financiamento bancário, bem como para obtenção de licenças exigidas para um funcionamento sem prejuízo ao meio ambiente e saúde de colaboradores e clientes”, observa Paulo Roberto Mota, outro sócio, tecnólogo em química industrial.

Ele pontua que, além de reduzir custos de operação, a nova tecnologia desenvolvida pelo empreendimento, em parceria com o Senai, capaz de cogear energia, vai revolucionar o mercado e deveria ser instalada em outras fábricas. Para Paulo, essa mudança cultural vem sendo vivenciada principalmente desde a última década, pois as pessoas estão cada vez mais conscientes sobre o vínculo que o tema resíduo e a sua destinação segura tem com a saúde da sociedade como um todo. “Quem destina corretamente seus dejetos faz a prevenção, evitando destinação em aterros sanitários que favorecem proliferação de vetores que

contaminam (ratos, insetos, etc.) e geram enfermidades”, lembra Paulo.

Consultoria do Senai, apoio completo para a indústria

Da turbina e caldeiras a análises laboratoriais, a consultoria do Instituto Senai de Tecnologia em Automação Industrial fornece apoio completo para a indústria em todos seus processos. Para Igoor Morro Mello, analista de projetos do IST, a tecnologia implementada na Ecopetro é inovadora porque, além do descarte correto dos resíduos, foi desenvolvida para atingir níveis controlados de gases liberados para o meio ambiente, de aquecimento térmico do ambiente e fatores como a temperatura ideal de aquecimento da caldeira (800oC).

Encontrar “a turbina ideal” foi outra tarefa do Senai, que optou pelo equipa-

mento criado pelo engenheiro electricista Júlio César Batista, carioca graduado na UnB, mestre pela Unicamp e doutor pela Unesp. O equipamento foi desenvolvido para levar “luz elétrica” para comunidades pequenas Brasil afora e, atualmente, é adotado em indústrias como alambiques produtores de álcool e cachaça, além de agroindústrias.

“Grandes turbinas custam cerca de R\$ 300 mil, enquanto essa gira em torno de R\$ 40 mil. Hoje agroindústrias que empregam essa tecnologia conseguem o retorno dos investimentos num período de aproximadamente dois anos, algo muito mais barato e rápido do que ocorre por exemplo com energia solar”, afirma. Com tamanho de 50 x 50, a miniturbina recebe, por um tubo, o vapor vindo da caldeira e resíduos (como fuligem fruto da queima de óleo, filtros, graxas, etc.), que cogearam energia elétrica, num retorno para a própria indústria. ■

Contratações do FCO caem 30,5% em Goiás

Em meio à crise produzida pelo novo coronavírus, desembolsos do fundo no Estado encolhem de R\$ 1,579 bilhão para R\$ 1,097 bilhão, atingindo mais fortemente o setor empresarial

Os desembolsos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) experimentaram redução de 20,38% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2019, baixando de R\$ 4,112 bilhões para R\$ 3,274 bilhões, correspondendo a um corte de R\$ 838,102 milhões explicado pela crise instalada na economia desde a chegada do novo coronavírus no País. Em Goiás, com forte retração no segmento empresarial, as contratações no total somaram R\$ 1,097 bilhão na primeira metade deste ano, desabando 30,51% em relação ao mesmo intervalo do ano passado, quando o fundo havia liberado para o Estado algo perto de R\$ 1,579 bilhão.

A participação de Goiás nas contratações do FCO em toda a região baixou de 38,39% no ano passado para 33,50% neste ano, sempre considerando os seis meses iniciais de cada exercício. A redução foi

equivalente a uma perda de R\$ 481,603 milhões, o que explica praticamente 57,5% da redução observada para o total das contratações realizadas com recursos do fundo constitucional em todo o Centro-Oeste. A redução das operações do FCO no Estado refletiu o clima mais negativo no setor empresarial durante a pandemia, enquanto o acesso ao crédito de uma forma geral tornou-se mais restrito.

No setor empresarial, que engloba indústria, comércio, infraestrutura, serviços, comunicação, tecnologia e informação, as contratações caíram a menos da metade, saindo de R\$ 741,249 milhões nos seis meses iniciais de 2019 para R\$ 335,972 milhões, numa retração de 54,67%. O segmento respondeu por 84,2% da queda registrada nos desembolsos totais do FCO para Goiás, registrando perdas de R\$ 405,277 milhões. A fatia do setor empresarial nas contratações encolheu de quase

47,0% para 30,62% no primeiro semestre deste ano.

“O cenário da crise advinda da pandemia trouxe grande baque para as empresas, empresários e para o mercado de trabalho, principalmente pela abrupta queda nas vendas, ao mesmo tempo que gastos fixos se mantiveram, o que se somou aos compromissos já firmados com fornecedores, bancos, empregados, manutenção, matéria-prima (compra ou elevado estoque), energia, telefone, água, impostos, dentre outros gastos”, avalia o assessor econômico da Fieg, Cláudio Henrique Oliveira.

De acordo com ele, o governo federal anunciou medidas pontuais para aliviar os custos, sobretudo com adoção de medidas na área trabalhista, que permitiram suspender temporariamente contratos de trabalho, além de oferecer a possibilidade de redução da jornada de trabalho, com corte proporcional de salários. “Mas a área do crédito, onde as instituições financeiras são ‘livres’ para atender ao mercado, vem deixando a desejar”, acrescenta. “As instituições financeiras ampliaram as exigências da análise de crédito, uma vez que o risco aumentou.

A GoiásFomento, de toda forma, reforçou sua atuação neste ano para apoiar micro e pequenos empresários durante a crise provocada pela Covid-19, lembra o economista. Entre janeiro e o dia 10 de julho, a agência registrou a contratação de empréstimos no valor de R\$ 41,56 milhões para microempresários individuais (MEIs), micro e pequenas empresas, num incremento de 37,19% em relação a todo o ano passado, quando as contratações haviam alcançado R\$ 30,321 milhões. Além dos recursos já liberados, a agência analisa contratos no valor total de R\$ 30,1 milhões. ■

▶ **Contratações em baixa:** recursos do FCO para setor empresarial registra baixa de quase 55% no primeiro semestre deste ano



Alex Mathérios

Julgamentos virtuais, a nova rotina

Especialista mostra que as sessões virtuais nos conselhos administrativos e tributários, assim como nas cortes superiores, são um caminho sem volta

Responsáveis por apreciação e julgamento de processos relacionados a contenciosos fiscais, envolvendo contribuintes e o Fisco, os conselhos tributários também aderiram ao julgamento virtual em tempos de pandemia e distanciamento social. As sessões virtuais, na avaliação do especialista Lucas Bevilacqua, com longa experiência nessa área, asseguram “o contraditório e a segurança jurídica, pois foi possibilitado às partes o envio de sustentação oral previamente gravada e de memoriais”.

A prática passou a ser adotada tanto no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) – órgão paritário, de composição dividida entre representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes, vinculado ao Ministério da Economia –, quanto no Conselho Administrativo Tributário de Goiás (CAT/GO), ligado à Secretaria da Economia do Estado. Conforme Bevilacqua, caso “o contribuinte ou a Fazenda entender que deseja o julgamento presencial, poderá solicitar a retirada de pauta do processo, a exemplo do que ocorre no CAT/GO”.

Na sua visão, o julgamento virtual não cria “situações de desigualdade entre o Fisco e os contribuintes”, da mesma forma que se verifica nas sessões presenciais. Adicionalmente, para assegurar a publicidade das



goianiaempresas.com.br

Lucas Bevilacqua: sessões virtuais asseguram “o contraditório e a ampla defesa, além do próprio contribuinte poder pedir retirada (de seu processo) da pauta virtual”

funcionado com grande êxito na redução do acervo” da corte, “tanto quantitativamente quanto qualitativamente”. Ele lembra que matérias prontas para julgamento vinham se acumulado há anos, deixando o “contribuinte refém da pauta do Pleno, dedicada

sessões virtuais, todas deverão ser gravadas e disponibilizadas às partes em até cinco dias úteis após o término das reuniões de julgamento no site do Carf, nos processos envolvendo o Fisco federal, “permitindo amplo e ilimitado acesso de qualquer lugar do País”, afirma.

Doutor e mestre em direito econômico, financeiro e tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), com formação em comércio internacional pela Mission of Brazil to the World Trade Organization (WTO) em Genebra, Bevilacqua acredita que reclamações eventuais contra o modelo de julgamento virtual parecem não ter procedência, já que, reforça ele, “restam assegurados o contraditório e a ampla defesa, além do próprio contribuinte poder pedir retirada (de seu processo) da pauta virtual”.

Também na área do Supremo Tribunal Federal (STF), Bevilacqua acredita que o sistema tem operado de forma positiva. Segundo ele, o plenário virtual, concebido há dez anos “apenas para reconhecimento da sistemática de repercussão geral, tem

praticamente a questões penais”. Dessa forma, o plenário virtual tem permitido o julgamento também “de temas de repercussão geral em matéria tributária de grande impacto para os contribuintes que se viam reféns do Fisco ante a ausência de um veredicto final vinculante pelo STF”. Ele cita como exemplos decisões sobre temas relacionados à demanda contratada de energia elétrica e a incidência de ICMS na importação, ambos assuntos sob a relatoria do ministro Edson Fachin, quando “se colocou um ponto final, reafirmando-se a jurisprudência para trazer justiça fiscal e segurança jurídica aos contribuintes”.

Ainda de acordo com Bevilacqua, contribuintes e seus advogados podem sempre encaminhar pedido de destaque para evitar o julgamento virtual, “mas jamais sob alegação de falta de preparo”. Conforme ele, a advocacia “deve estar apta para essa nova realidade do processo eletrônico na medida que, particularmente, ao menos no âmbito dos tribunais superiores, é um caminho sem volta para julgamento de casos repetitivos até mesmo para redução da macrolitigância fiscal”. ■

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 – Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria – Goiânia-GO, CEP: 74645-230

GERÊNCIA SINDICAL DA FIEG: Denise de Oliveira Resende - Telefone (062) 3224-9226

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 98458-9648 / 98212-9513
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Mário Arruda
Fone: (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: (em processo de transição)
Fone/Fax: (62) 3501-0062
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
(62) 98625-4889
sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana
Fone: (62) 3501-0062

SIAGG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Antônio Benedito dos Santos
Diretora executiva: Denise Resende
Fone/Fax: (62) 3224-9226 / 3224-4253
siaeg@siaeg.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
NOVO ENDEREÇO
Telefone: (62) 99968-4302.
siago@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás

Presidente: Leandro Luiz Stival Ferreira
Fone: (62) 3229-1187
sindicarnegoias@gmail.com

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luís Martin Abuli
Fone: (62) 98109-8608
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Alcides Augusto da Fonseca
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405 / 98304-0013
simplago@sistemafieg.org.br /
simplago.go@gmail.com

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 98436-1724
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3224-4253
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone: (62) 3225-8933 / 3212-3661 /
98235-1200
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Marcus Brandão Lima e Silva
Fone: (62) 3213-0378
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Luiz Antônio Vessani
Fone: (62) 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Sílvio de Sousa Naves
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
simelgo@sistemafieg.org.br

SINDIQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone: (62) 3212-3794 e 9230-1812
sindiquimica@gmail.com

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Nicolas Lima Paiva
Fone: (62) 99954-6101
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3224-4253
sindtrigo@gmail.com

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
sifaeg@terra.com.br

OUTROS ENDEREÇOS

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Eduardo Bilemjan Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia- GO
Fone: (62) 3095-5155
presidencia@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0878 e (62) 3202-5567
sinroupas@yahoo.com.br

SEDE ANÁPOLIS

Edifício Capitão Waldyr O'Dwyer

Rua JM-16, Quadra 52, Lote 22, Setor Sul Jamil Miguel - Anápolis-GO - CEP 75124-200
Fone/Fax: (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
sindusconaps@sistemafieg.org.br
www.sindusconanapolis.com.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
Presidente executivo: Itair Nunes de Lima Jr.
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo Reis Perillo
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br



EAD SESI SENAI

A formação a distância que te aproxima do mercado de trabalho.

senaigoias.com.br/ead

SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

FIEG +Solidária

Um S a mais no Sistema FIEG:
S de SOLIDARIEDADE

Faça sua doação de:



Cestas básicas, máscaras,
álcool em gel, material de
limpeza e higiene.

Ligue:
62 9 9859-1258



Doações em dinheiro,
em qualquer quantia.

CEF (Bco 104)
Títular FIEG
CNPJ 01.618.958 / 0001 - 03
Ag 2512 Cc 942-7 Op 003

Informações: 62 99859-1258
Junte-se a nós! Seja +Solidário!



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA